

**O DESCOMPROMETIMENTO MORAL NA IDADE
ADULTA: AMOSTRA FORENSE E COMUNITÁRIA**

MARIA INÊS SOARES MENDES

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR MIGUEL BASTO PEREIRA

Professor do Seminário de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR MIGUEL BASTO PEREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Forense

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor Miguel Basto Pereira, apresentada no Ispa – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Forense.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o desfecho de um percurso iniciado há cinco anos, trazendo à superfície todo um misto de emoções, mas a principal é realmente a gratidão.

Agradeço do fundo do coração aos meus pais por todo o investimento em mim. Por me terem transmitido valores, competências, por acreditaram nas minhas capacidades e por me encorajarem incondicionalmente. Agradeço também à minha irmã por ser o meu porto seguro, por aturar as minhas frustrações e partilhar comigo os meus sonhos.

Agradeço ao Professor Doutor Miguel Basto Pereira por me ter orientado na elaboração da presente dissertação, por se ter demonstrado sempre disponível e por me ter incentivado no sentido de ultrapassar esta etapa com sucesso.

Agradeço a todos com quem tive o prazer e a oportunidade de me cruzar ao longo deste caminho, desde os meus professores, colegas de turma, colegas de casa, amigos, padrinhos, madrinha e afilhadas da Universidade do Algarve, aos meus professores e companheiros de turma do ISPA.

Deixo um especial agradecimento àquela que vai ser sempre a minha família algarvia e que será sempre o meu lar longe de casa, vocês sabem quem são. Obrigado por me inspirarem, por todos os momentos partilhados e por todo o companheirismo ao longo desta jornada.

Obrigado às minhas amigas lisboetas, Marisa, Marta e Rita, por me terem recebido de braços abertos, por me incentivarem, por me ouvirem e por estarem lá tanto nas frustrações como nas alegrias.

Agradeço às minhas companheiras desta vida, Adri, Ticha e Chica, por tanto e por tudo o que ainda está por vir, mas acima de tudo pelo apoio e amor incondicional.

Por fim quero deixar um agradecimento especial à minha avó, por ter sido um exemplo de resiliência, determinação e coragem, assim como, por ter tido sempre orgulho em mim e celebrado comigo as minhas conquistas.

RESUMO

O descomprometimento moral consiste num processo de reconstrução cognitiva, através do qual os indivíduos racionalizam e justificam os comportamentos antissociais. A literatura científica sugere que a criminalidade, assim como o descomprometimento moral, tende a diminuir à medida que o indivíduo atinge a idade adulta. Contudo as lacunas na literatura relativamente à manifestação e evolução do descomprometimento moral depois da adolescência impossibilitam compreender totalmente a sua influência no comportamento criminal. Nesse sentido, o presente estudo procura: 1) compreender se existem diferenças nos índices descomprometido moral na população forense e na população comunitária 2) averiguar se diferenças entre as duas populações persistem ao longo da idade adulta 3) perceber se a idade adulta interfere com o descomprometimento moral. A amostra foi constituída por 531 indivíduos do sexo masculino, 299 provenientes de Estabelecimentos Prisionais e 232 da comunidade. Os participantes foram divididos em três grupos etários: início da idade adulta, meia-idade e terceira idade. Os dados foram recolhidos através do preenchimento de um questionário sociodemográfico e da Civic Moral Disengagement Scale (CMD). Os resultados sugerem existirem diferenças significativas entre as duas populações ao nível do descomprometimento moral, contudo, indicam que em estádios mais tardios da vida adulta, as diferenças tendem a desaparecer. Este estudo contribuiu para compreender que o descomprometimento moral apresenta distintos níveis de gravidade ao longo da idade adulta, tanto na população comunitária como em indivíduos que apresentam envolvimento no sistema de justiça.

Palavras-chave: Descomprometimento Moral; Idade Adulta; Comportamento Criminal; População Forense; Comunidade

ABSTRACT

Moral disengagement consists in a process of cognitive reconstruction, through which individuals rationalize and justify antisocial behaviors. Like crime moral disengagement tends to decline as the individuals get older. However, limitations in the literature concerning the analysis of this construct after adolescence make it impossible to understand the development in later stages of life and consequently its impacts on criminal behavior as whole. In this regard, the current investigation aims to: 1) comprehend if there's any differences in moral disengagement on a forensic sample as in comparison to a community sample 2) if the differences persist throughout adulthood 3) the impact of the different stages of adulthood in the moral disengagement. The sample of the present study was formed by 531 men, 299 being from the forensic population and 232 from the community, aged between 18 and 83 years old. The individuals were divided into three different age groups: early adulthood, middle-aged and elderly. Participants filled a protocol that included a sociodemographic questionnaire and the Civic Moral Disengagement Scale (CMD). The results had allowed to understand that moral disengagement was statistically different between the two samples, although, it suggests that in later stages of life the differences tend to disappear, remaining only statistically significant differences between early adulthood and the other two stages of adulthood. The current study had contributed to the knowledge of the development of moral disengagement in the adulthood in a forensic and community sample.

Keywords: Moral Disengagement; Life-Course; Adulthood; Criminal Behavior; Forensic population; Community

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	- 1 -
1. A criminalidade ao longo da trajetória de vida	- 3 -
2. Teorias do desenvolvimento criminal e do ciclo de vida	- 5 -
3. Fatores de risco para o comportamento criminal	- 8 -
4. Descomprometimento Moral.....	- 9 -
5. Descomprometimento Moral ao longo do ciclo de vida	- 10 -
6. Limitações do Estado de Arte Atual.....	- 11 -
7. Presente Investigação	- 12 -
MÉTODO.....	- 14 -
1. Participantes	- 14 -
2. Instrumentos.....	- 15 -
3. Procedimento.....	- 16 -
RESULTADOS	- 19 -
1. Comparação do descomprometimento moral na população forense e na população comunitária.....	- 19 -
2. Diferenças entre a população forense e a população comunitária nos índices de descomprometimento moral nos diferentes estádios da idade adulta.....	- 20 -
3. Desenvolvimento do descomprometimento moral nos diferentes estádios da vida adulta, na população forense e na população comunitária.....	- 22 -
DISCUSSÃO.....	- 23 -
1. O Descomprometimento Moral e a criminalidade	- 23 -
2. Desenvolvimento do Descomprometimento Moral na idade adulta	- 26 -
Limitações e Estudos Futuros	- 30 -
Pontos Fortes e Recomendações Clínicas e Sociais	- 31 -
Considerações finais.....	- 32 -
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	- 34 -
ANEXOS.....	- 44 -

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Dados Sociodemográficos.....	15
Tabela 2- Diferenças do Descomprometimento Moral entre populações.....	20
Tabela 3- ANOVA Two-Way para comparação entre grupos.....	21
Tabela 4- Comparações múltiplas entre grupos	21

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Média do Total da CMD por população.....	19
Figura 2 - Nível médio de descomprometimento moral na população reclusa e na população comunitária nos diferentes estágios da idade adulta.....	22

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a literatura tem se debruçado de forma interdisciplinar através de áreas como a psicologia, a sociologia, a criminologia, a antropologia, o direito e a medicina, na compreensão do comportamento criminal. O comportamento criminal consiste na perpetuação de condutas que violam as normas sociais e interferem com os direitos e necessidades dos outros (Lahey et al., 2017). Morizot e Kazemian (2015), definem o comportamento criminal como condutas que infringem o código penal de um determinado estado, dividindo o mesmo em duas categorias genéricas, os comportamentos violentos (e.g. roubo, homicídio, violação) e os comportamentos não violentos (e.g. furto, distúrbio da ordem pública).

Com o intuito de perceber a etiologia do comportamento criminal, a sua expressão e os fatores que o influenciam, diversas perspectivas teóricas ganharam vida ao longo dos anos, desde perspectivas psicodinâmicas (Winnicott, 1987), psicofisiológicas (Davis, 1997; Siever, 2008; Latvala et al., 2015; Gao et al., 2015; Gard et al., 2019), psicobiológicas (Lykken, 1957; Raine et al., 1997; Stezer, 2010; Marsh et al., 2014), cognitivas (Skyles & Matza, 1957; Bandura, 1986; Crick & Dodge, 1996; Walters, 1990; Polaschek et al., 2009), entre outras.

Apesar de corresponderem a diferentes abordagens, globalmente, os modelos teóricos procuram a compreensão da criminalidade com o objetivo de desenvolverem conhecimentos para a posterior criação e implementação de metodologias preventivas promotoras de paz e da ordem pública (Akers & Sellers, 2009). Neste sentido, autores como LeBlanc e Loeber (1998), Moffit (2003), Sampson e Laub (2005), Thornberry e Krohn (2005) e Farrington et al. (2005), adotaram uma nova perspectiva na qual investigassem, na prática, o desenvolvimento da criminalidade ao acompanhar indivíduos durante diversos períodos da trajetória de vida. Considerando que para compreender a origem, a evolução, a persistência e a desistência do crime é determinante analisar o comportamento criminal em função das fases do ciclo de vida, uma vez que, cada estágio do desenvolvimento é composto por mudanças, obstáculos, fatores protetores e fatores de risco (Piquero et al., 2016).

Amplamente reconhecida na literatura, a teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson (1950) introduz os estádios através dos quais o indivíduo se vai desenvolvendo ao longo da vida (Malone et al., 2016). Segundo o autor o indivíduo desenvolve-se ao longo de oito estádios, ocorrendo os primeiros quatro desde o nascimento até aos 12 anos de idade. Nestes, através de interações positivas com as figuras cuidadoras, o meio envolvente e as instituições sociais, as crianças adquirem competências de confiança, empatia, autocontrole,

tomada de decisão, aquisição de limites e valores morais e sociais (Knight, 2017). Dos 13 aos 18 anos ocorre o estágio da adolescência, descrito por Erikson (1950) como um período altamente influente na construção da identidade, sendo caracterizado pela busca da independência, controle e pela experimentação de papéis.

Na idade adulta, Erikson (1984), distingue três estágios, o início da idade adulta (18 aos 29 anos), a meia-idade (30 aos 64 anos) e a terceira idade (dos 65 anos até à morte). O início da idade adulta é designado como o período no qual o indivíduo sente necessidade de estabelecer relações relevantes nas diferentes estruturas sociais em se enquadra, procurando representar papéis significativos, de responsabilidade e estruturar um estilo de vida estável (Malone et al., 2016). A meia-idade, por sua vez, é definida pelo desejo de proatividade, contribuição, preocupação com os outros e pela procura da concretização dos objetivos pessoais. Erikson, 1984). A terceira idade é o período de reflexão, onde o indivíduo considera eventos positivos e negativos, consolidando memórias e experiências. Deste advém sentimentos de realização, originados por um sentido de concretização e aceitação da sua trajetória de vida, ou de desespero, relacionados com a inconformidade perante certos eventos e com o medo da finalidade (Erikson, 1950).

As teorias do desenvolvimento criminal e do ciclo de vida, reúnem metodologias, dados e contributos teóricos de diversas disciplinas, com o objetivo de produzir conhecimentos sobre o desenvolvimento das trajetórias do comportamento criminal, procurando compreender as diferenças e mudanças individuais ao longo do ciclo de vida (Farrington & Ttofi, 2014). Focando-se no estudo da etiologia do crime e dos diversos fatores protetores e de risco que se relacionam com o comportamento criminal (Piquero et al, 2016). Recorrendo, para tal, a investigações longitudinais (e.g., Glueck & Glueck, 1950; Cambridge Study in Delinquent Development, 2013; Pittsburgh Youth Study, 2012; Seattle Social Development Project, 2003; Dunedin Study, 2001; Montreal Two Samples Longitudinal Study, 1989), sendo possível aferir sobre a relação entre a idade e a criminalidade, observar fatores promotores de mudança no comportamento e tecer considerações sobre o desenvolvimento de carreiras criminais, analisando a sua persistência, desistência e evolução (Mazerolle & McGee, 2020).

Através das mesmas é possível perceber que o comportamento criminal é mais frequente durante o período da adolescência, existindo uma maior prevalência das condutas criminais a partir dos 14 anos (Farrington et al., 2021). Conforme os indivíduos vão ingressando na idade adulta existe uma tendência acrescida para a diminuição da criminalidade ocorrendo, maioritariamente, entre os 20 e os 29 anos (Piquero et al., 2016). Contudo, quanto mais cedo se iniciar o comportamento criminal maior será a probabilidade de

o para manter ao longo da trajetória de vida (McGee & Farrington, 2015). A evidência empírica tem desmontado que os comportamentos criminais na adolescência tendem a ser perpetuados em contexto de grupo, enquanto na idade adulta são cometidos, maioritariamente, de forma individual (Farrington & Ttofi, 2014). Podendo a delinquência ser associada a fatores como o grupo de pares e estados emocionais como a excitação, o aborrecimento e a raiva (Farrington, 2005). Por sua vez, o comportamento criminal na idade adulta é principalmente relacionado a um propósito utilitário, ou seja, á satisfação das necessidades individuais. Apresentando um carácter evolutivo ao longo do ciclo de vida, uma vez que, inicialmente o individuo tenderá a envolver-se em crimes de menor gravidade, gradualmente transgredido para crimes de maior severidade (Delisi et al., 2015). Loeber et al. (2013), averiguaram que os crimes violentos tendem a manifestar-se em idades mais tardias quando comparados a crimes contra a propriedade. Em relação a crimes de cariz sexual, Lussier e Haley (2009) também verificaram uma tendência para os mesmos surgirem em fases mais tardias, destacando-se o envolvimento deste tipo de condutas principalmente no início da idade adulta.

1. A criminalidade ao longo da trajetória de vida

A relação entre a idade e o crime é um dos fenómenos com maior evidência científica na literatura, tendo esta uma elevada relevância no âmbito da criminologia (DeLisi, 2015; LeBlanc, 2020). A curva da idade-crime apresenta uma forma assimétrica em formato de sino, refletindo índices mais elevados de criminalidade na adolescência, principalmente a partir dos 14 anos, ocorrendo o pico de inserção em condutas criminosas até aos 20 anos (LeBlanc, 2020). Com a entrada na idade adulta verifica-se um declínio da conduta criminal, sendo este declínio mais acentuado no início da idade adulta, continuando a diminuir gradualmente, mas de forma mais lenta e irregular em fases posteriores (Farrington et al. 2013).

Apesar da relação entre a idade e o crime, representados na curva da idade-crime, ser um conceito comprovado e aceite na literatura, a realidade é que a sua interpretação suscita diferentes opiniões (Rocque et al., 2015). Numa primeira abordagem, Hirschi e Gottfredson (1983), defendem que devido ao formato da curva ser semelhante em diferentes contextos, períodos e culturas, apresentando uma tendência para a inibição do comportamento criminal, esta representa fenómenos biológicos relacionados com o processo de maturação do indivíduo. Desta forma, Hirschi e Gottfredson, (1983) defendem que a diminuição do

comportamento criminal é consistente independentemente do contexto e das condições sociais.

Por outro lado, Farrington (1986), sugere que a distribuição da idade não é a mesma para todos os crimes, e que os fatores sociais são úteis na explicação dos fenômenos que levam ao comportamento criminal, à sua frequência, duração e desistência. Para além disto Farrington (1986) adverte que para compreender na totalidade o desenvolvimento do comportamento criminal é necessário ter em consideração as características que diferenciam os indivíduos e os tipos de crimes cometidos em diferentes etapas de vida. Sendo, também, determinante analisar os estádios de vida em que o comportamento criminal surge, a sua frequência ao longo dos mesmos e as mudanças promotoras da transformação do comportamento criminal.

Neste sentido, estudos sobre a curva da idade-crime têm sido desenvolvidos com o intuito de entender a sua distribuição e as transformações que ocorrem na criminalidade em diferentes contextos e períodos.

O *Cambridge Study in Delinquent Development (CSDD)*, iniciado em 1962, no sul de Londres, acompanhou 411 rapazes desde os 8 aos 48 anos, tendo ainda sido consultados os registos criminais até os 61 anos (Farrington et al., 2021). Através do mesmo foi possível averiguar que, até aos 61 anos, 44% dos indivíduos da amostra detinham algum tipo de envolvimento com a justiça. Tendo se observado um maior envolvimento criminal entre os 14 e os 16 anos, diminuindo posteriormente ao iniciar a idade adulta. Em relação às carreiras criminais, verificaram que em média as mesmas tendiam a iniciar aos 19.5 anos e a acabar aos 32.1 anos, durando cerca de 12.6 anos com uma média de 5.3 condenações (Farrington et al., 2021). Sendo que os indivíduos que iniciavam o comportamento criminal em idades mais precoces demonstravam manter este registo de conduta por maiores períodos de tempo, apresentando carreiras criminais mais longas. Para além disto, através dos registos de autorrelato 96% dos indivíduos mencionaram algum tipo de envolvimento criminal após os 32 anos, tendo Farrington (2002) verificado que dois em cada três homens eram condenados pelo menos uma vez após os 30 anos de idade.

Por sua vez, iniciado em 1987, ao acompanhar 405 indivíduos dos 10 aos 30 anos, o *Pittsburgh Youth Study* (Jennings et al., 2016), desenvolvido na Filadélfia, destacou uma incidência criminal mais elevada a partir dos 14 anos. Observando uma maior perpetuação de condutas criminais entre os 14 e os 19 anos. Posteriormente, a partir dos 20 anos, estas condutas diminuía acentuadamente, continuando a reduzir progressivamente, mas de formas mais lenta e irregular até aos 30 anos. De forma semelhante ao CSDD, verificaram que

quando mais precoce fosse o envolvimento criminal maior era a probabilidade dos mesmo se manter ao longo dos diferentes estádios de desenvolvimento. Tendo verificado que quando o mesmo se manifestava entre os 10 e os 14 anos, 62% dos indivíduos voltavam a apresentar condutas criminais entre os 15 e os 18 anos, 67.6% entre os 19 e os 24 anos e 42.6% entre os 25 e os 30 anos (Jennings et al., 2016).

Devido á adolescência ser a fase da vida onde se verificam os maiores índices de criminalidade, a literatura da especialidade tem privilegiado a compreensão dos fatores relacionados com as vulnerabilidades e o comportamento neste estádio do desenvolvimento (Sapouna, 2015). De acordo com Cullen (2011), este foco acaba por negligenciar a possível relevância dos restantes estádios do ciclo de vida, conduzindo a teorias inconclusivas sobre a realidade do ciclo de vida e a sua relação com o crime. Farrington e Pulkkinen (2009) alertaram para a necessidade de alargar os períodos de *follow-up* dos estudos longitudinais, de modo a também se compreender os fenómenos relacionados com a desistência e a persistência criminal. Existindo poucas investigações que acompanham os indivíduos para além dos 40 anos de idade, não se incidindo integralmente sobre os fenómenos relacionados com a i adulta (Farrington & Ttofi, 2015).

2. Teorias do desenvolvimento criminal e do ciclo de vida

As teorias do desenvolvimento e do ciclo de vida, tem como objetivo compreender e explicar a criminalidade através das diferenças individuais e comportamentais observadas ao longo da trajetória de vida, incidindo-se sobre as mudanças e fatores relacionados com o comportamento criminal.

Uma das teorias do desenvolvimento criminal mais destacada na literatura é a de Moffitt (1993) (Piquero et al., 2016). Mofitt (1993), ao interpretar a curva idade-crime distinguiu duas trajetórias para a criminalidade. Os comportamentos criminais limitados á adolescência, que se referem a carreiras criminais breves ocorrendo durante o período da adolescência terminando com a transição para a idade adulta (Moffit, 1993). Por sua vez, os comportamentos criminais persistentes, remetem para o início da perpetuação das condutas criminais em idades mais precoces, na infância ou início da adolescência, mantendo este registo de comportamentos ao longo do ciclo de vida (Moffit, 1993).

Segundo Moffitt (2006), no período da adolescência a perpetuação de condutas criminais encontra-se relacionada a questões psicobiológicas derivadas do processo de maturação social e cognitivo do individuo. Os jovens desejam deter a mesma autonomia e independência que os adultos que alicerçado á forte influência dos pares, à ausência de

competência de autocontrole e uma elevada impulsividade leva-os a adotarem condutas e perspectivas de desafio para com as normas sociais. Neste sentido, os indivíduos evidenciam comportamentos de rebeldia, mas não necessariamente violentos, derivados da confusão de papéis deste estágio de vida, contudo, ao ingressar na idade adulta, adquirindo responsabilidades, desistem de forma natural do crime (Moffitt, 2006).

A persistência na criminalidade, por outro lado, é derivada de fragilidades neuropsicológicas (e.g. défices cognitivos; hiperatividade acentuada; baixas competências de autocontrole) em interação com vulnerabilidades no contexto familiar e social (e.g. baixas competências parentais; famílias disruptivas; contextos desfavorecidos; baixas capacidades socioeconómicas) (Moffitt, 2006). Estas levam a que os indivíduos se envolvam muito mais precocemente no crime e conseqüente estruturam uma identidade antissocial (Moffitt, 1993). Apesar de representarem uma percentagem inferior da população, Moffitt (2006), defende que os indivíduos que persistem nos comportamentos criminais para lá da adolescência não conseguem abster-se das suas condutas, devido à presença dos défices cognitivos e ao facto de estarem altamente comprometidos com um estilo de vida antissocial, representando uma perigosidade acrescida.

Le Blanc (2005) procurou, de forma semelhante a Moffitt (1993), discriminar as trajetórias do comportamento criminal ao longo do ciclo de vida, com base no período no qual o mesmo surgia, a sua frequência, gravidade e desistência. Neste sentido, ao analisar os dados do *Montreal Longitudinal Study* e relacionar os mesmos com a curva da idade-crime distinguiu três trajetórias criminais: o comportamento criminal persistente, o comportamento criminal limitado à adolescência e o comportamento criminal comum/normativo (Le Blanc, 2009). Os indivíduos com condutas criminais persistente apresentam comportamentos mais extremos e violentos ao longo do tempo. Demonstrem uma frágil vinculação com a sociedade, ausência de competências de autocontrole, baixas restrições internas (e.g. crenças pró-sociais) e externas (e.g. relações interpessoais). Por outro lado, os indivíduos com condutas criminais comuns perpetuam poucas ofensas ao longo do ciclo de vida, estando estas maioritariamente relacionadas com oportunidades situacionais. Já o comportamento criminal limitado à adolescência remete para um meio-termo entre os anteriores, sendo caracterizado pela ausência de mecanismos de autocontrole, pela presença de modelos e rotinas antissociais e pelas oportunidades situacionais (Le Blanc, 2009).

Na sua perspectiva, Le Blanc (2005), acredita que o comportamento criminal está relacionado com a vinculação que o indivíduo detém com a sociedade. Sendo os modelos e rotinas antissociais, as crenças, as relações interpessoais e a capacidade de autocontrole os

elementos que influenciam a mesma. Defende que os fatores do contexto e os fatores biológicos detêm um efeito indireto no comportamento, sendo mediados pelas capacidades vinculativas e de autocontrole (Le Blanc, 2009). Neste sentido, os fatores do contexto têm impacto na vinculação social e os fatores biológicos influenciam as competências de autocontrole. Estes, consequentemente condicionam as restrições internas e externas que protegem ou tornam o indivíduo mais predisposto ao envolvimento criminal. Desta forma, segundo LeBlanc (2009) para que ocorram mudanças nas diferentes trajetórias criminais o indivíduo têm de desenvolver competências de autocontrole e estabelecer uma vinculação com a sociedade.

Sampson e Laub (1993) ao procurarem, também, compreender de que forma decorria o desenvolvimento do comportamento criminal ao longo do ciclo de vida, deram continuidade à investigação longitudinal inicialmente desenvolvida por Glueck et al. (1950). Para tal prolongaram a recolha de informação na população até aos 70 anos com o intuito de aferir sobre a maior parte da trajetória de vida. Na sua amostra o período entre os 17 e os 24 anos destacava-se com um maior número de condutas criminais perpetuadas. Verificando-se de um declínio acentuado a partir dos 25 anos, que gradualmente ia diminuindo ao longo do ciclo de vida (Sampson & Laub, 2003).

Ao incidirem-se sobre as alterações na criminalidade ao longo do tempo focaram-se no esclarecimento dos fatores promotores do comportamento criminal e nos fatores promotores da sua mudança (Sampson & Laub, 2005). Identificaram que o contexto familiar e o estatuto socioeconómico durante a infância apresentavam repercussões significativas na adoção do comportamento criminal. Destacando-se a presença de uma vinculação insegura com os cuidadores, estruturas familiares alargadas, a ausência de supervisão parental e os estilos de educação parental punitivos como fatores de risco para a criminalidade na adolescência. Verificaram, ainda, que os indivíduos com um maior número de fatores de risco na infância apresentam uma maior dificuldade em desistir da criminalidade ao longo do desenvolvimento. Contudo, ao analisarem as diferentes trajetórias de vida averiguaram que a criminalidade acabava por diminuir, eventualmente, para todos os indivíduos, independentemente dos fatores de risco presentes durante o seu desenvolvimento (Sampson & Laub, 2005).

A restrição do comportamento criminal parecia relacionar-se com um aumento das estruturas de controlo e suporte social (Sampson & Laub, 1993). Destacando-se a idade adulta como o período com mudanças mais significativas neste sentido, sendo esta a fase na qual os indivíduos se inserem em estruturas sociais como a empregabilidade, o matrimónio, a parentalidade e, em algumas circunstâncias, mudam de área de residência (Sampson & Laub,

2003). Os autores acreditam que, um compromisso positivo com estas mudanças desencadeiam alterações ao nível da rotina e da monitorização das atividades desempenhadas, fornecendo ao indivíduo um maior suporte social. Observando que quanto mais fortes fossem os vínculos sociais menor era a predisposição para a perpetuação de comportamentos criminais (Sampson & Laub, 2005). Desta forma, acreditam que a criminalidade é inibida pelos laços sociais que se vão estabelecendo ao longo da trajetória de vida, não se tratando de um fenómeno unicamente relacionado com as vulnerabilidades individuais (Sampson & Laub, 2005).

3. Fatores de risco para o comportamento criminal

A literatura tem consistentemente demonstrado que o crescimento em ambientes desfavorecidos, as carências ao nível do cuidado e do afeto e a presença de vulnerabilidades psicobiológicas apresentam uma influência acrescida no comportamento criminal (Sampson & Laub, 2005; Moffitt & Caspi, 2001; Loeber, et al., 2008; Joffille, et al., 2017; Jennigs et al., 2016). Estres são designadas como fatores de risco, uma vez que predizem o aumento da probabilidade do indivíduo se envolver em condutas disruptivas e criminais, sendo distinguidos em três domínios: individual, familiar e social (Murray & Farrington, 2010).

A revisão sistemática conduzida por Jolliffe et al. (2017) procurou identificar os fatores de risco para as trajetórias de comportamento criminal (e.g. persistente; limitado á adolescência; início tardio). Concluíram que as trajetórias criminais apresentavam, de forma geral, fatores de risco semelhantes. Destacando-se, a nível individual, elevados índices de ausência de culpa, impulsividade, hiperatividade e um baixo aproveitamento escolar. A nível familiar, as famílias monoparentais, pais com problemas aditivos e com comportamentos criminais, assim como, a baixa supervisão parental e a fraca gestão do ambiente familiar foram os fatores mais relevantes. Por sua vez, a nível social, sobressai-se o desenvolvimento em áreas residenciais desfavorecidas e o baixo estatuto socioeconómico (Joffille, et al., 2017). Contudo, os indivíduos com comportamentos criminais persistentes apresentam um maior número de fatores de risco quando comparados a amostras da comunidade, aos indivíduos com comportamentos criminais limitados á adolescência e aos sujeitos que se envolvem na criminalidade em fases mais tardias do desenvolvimento (Joffille, et al., 2017).

No *Cambridge Study in Delinquent Development* (Farrington, et al., 2013), o domínio familiar apresentou uma forte influência no comportamento criminal recorrente, salientando-se a fraca supervisão familiar, as famílias disruptivas e ter um progenitor envolvido no crime.

Por outro lado, os fatores de risco associados ao comportamento criminal limitado á adolescência eram maiores índices de impulsividade, o desenvolvimento em contextos desfavorecidos e, assim como o comportamento criminal persistente, ter um dos progenitores envolvido em condutas antissociais.

Segundo Besener et al. (2017), quanto maior a exposição a contextos e relações familiares pautados por violência, delinquência e condutas disruptivas maior será probabilidade de desenvolver normas, valores e crenças antissociais. Por sua vez, o desenvolvimento de estruturas de pensamento antissocial, que consistem em justificações e racionalizações para o comportamento criminal (Maruna, & Mann, 2006), são caracterizadas por Andrews e Bonta (2010) como um dos fenómenos promotores da reincidência criminal.

4. Descomprometimento Moral

Amplamente conhecida na literatura, a Teoria Social Cognitiva de Bandura (1986) defende que o individuo desenvolve as suas competências de aprendizagem e os seus padrões comportamentais ao interagir com o meio ambiente. É através da observação do outro, da interação social e da modelagem que o sujeito apreende comportamentos que lhe providenciam consequências positivas. Pelo que, para Bandura (1986), os reforços positivos e negativos desempenham um impacto fundamental no desempenho do comportamento. Para além destes, Bandura (1986) enaltece a importância dos processos cognitivos, particularmente, dos mecanismos de autocensura e autorregulação. Estes detêm um impacto decisivo na ação do indivíduo atuando sobre o julgamento moral e adequando o comportamento para que não seja perturbado por sentimentos de punição, como a vergonha ou culpa (Detert et al., 2008). Contudo, quando persuadidos a comportar-se contra os padrões morais e sociais os indivíduos apresentam uma tendência para racionalizar essa decisão (Tillman, et al., 2018), tendo este fenómeno sido designado por Bandura et al. (1996) como descomprometimento moral.

O Descomprometimento Moral é um processo de reconstrução cognitiva, no qual os indivíduos racionalizam e justificam os comportamentos antissociais conseguindo ingressar nos mesmos sem que estes desencadeiem sentimentos aversivo (Bandura, 1999). Neste sentido, interfere com os mecanismos de autorregulação e autocensura, inibindo os mesmos (Bandura, 1999), permitindo ao individuo eliminar preventivamente sentimentos negativos (e.g. culpa) antes que perturbem o comportamento (Walters, 2020).

Bandura et al. (1996) distinguiram quatro conjuntos de práticas através dos quais os indivíduos se descentralizam da moralidade. O primeiro conjunto remete para técnicas de

reconstrução de conduta, como a justificação moral, a comparação vantajosa e a linguagem eufemística. Estas permitem racionalizar o comportamento de forma que o mesmo não seja interpretado como errado (Tillman, et al., 2018). O segundo conjunto consiste na minimização do envolvimento pessoal no comportamento perpetuado, através da difusão e do deslocamento da responsabilidade. Desta forma, o indivíduo responsabiliza os outros, acontecimentos ou causas externas para a sua tomada de decisão. O terceiro conjunto, refere-se ao subestimar das consequências, permitindo afastar qualquer mal-estar que possa advir das mesmas, através de mecanismos de minimização ou distorção das consequências. O último conjunto, consiste na culpabilização e na desvalorização dos outros, recorrendo a técnicas como a desumanização e a atribuição de culpa, o indivíduo confere necessidade à sua ação justificando a mesma através das pessoas ou da sociedade.

Diferentes estudos conduzidos na literatura têm evidenciado um impacto significativo do descomprometimento moral na delinquência juvenil, no comportamento criminal, nas condutas violentas e nos comportamentos agressivos (Cardwell, 2015; Navas et al., 2021; Hyde et al., 2010; Shulman, et al., 2011). A meta-análise desenvolvida por Moore (2015), permitiu compreender que o descomprometimento moral se encontra associado à adoção de um grande leque de condutas antissociais. Mais concretamente à perpetuação de comportamentos agressivos (Mazzone et al., 2018), às condutas impróprias no contexto de trabalho (Moore et al., 2012), ao comportamento antissocial (Sijtsma et al. 2019), à delinquência juvenil (Cardwell et al., 2015; Shulman et al. 2011) e aos comportamentos agressivos direcionados aos pares na idade escolar (Espejo-Siles et al., 2020).

Para além disto, o descomprometimento moral encontra-se associado à interiorização de estados psicológicos negativos, como a desumanização e a ausência de empatia (Wang et al., 2017). Podendo, na idade adulta ser relacionado a traços como o maquiavelismo, o cinismo e a psicopatia (Navas et al., 2021). A presença deste processo cognitivo encontrar-se, portanto, negativamente associado a uma identidade moral, à culpa, à consciência e à preocupação empática, tornando os indivíduos mais predispostos a adotar condutas antissociais.

5. Descomprometimento Moral ao longo do ciclo de vida

Com o intuito de aferir sobre os fatores promotores do desenvolvimento de mecanismos de descomprometimento moral, Hyde et al. (2010), desenvolveram uma investigação longitudinal onde acompanharam 310 jovens desde o primeiro ano de vida até aos 17 anos de idade. Os seus resultados sugerem que o desenvolvimento em contextos desfavorecidos, a rejeição por parte dos progenitores e as baixas competências empáticas na infância previam a

manifestação do descomprometimento moral em fases posteriores. Funcionando o descomprometimento moral como mediador dos fatores de risco na infância e o comportamento antissocial no decorrer da adolescência (Hyde et al., 2010). Posteriormente, à medida que o jovem vai conquistando a sua autonomia, o contexto familiar deixa de ter um impacto tão determinante na sua conduta, acabando por procurar no grupo de pares os pontos de referência para o seu comportamento. Der e Marrows (2020), ao debruçarem-se sobre uma população dos 11 aos 14 anos em contexto escolar, verificaram que os índices de descomprometimento moral aumentavam quando as crianças tinham amigos que também recorriam a este tipo de mecanismos para justificar os seus comportamentos (Der & Marrow, 2020). Gini e Galinsky's (2012), de forma semelhante, observaram que a proximidade a alguém que adota comportamentos disruptivos aumenta os índices de descomprometimento moral, sugerindo que o contexto social apresenta uma grande influencia sobre o comportamento e as estruturas de pensamento pró-criminal.

A literatura desenvolvida neste âmbito tem demonstrado que o descomprometimento moral apresenta a mesma tendência que a curva idade-crime, revelando índices mais elevados a partir da adolescência, que posteriormente diminuíam significativamente com o início da idade adulta (Paciello et al.; 2008; Hyde et al., 2010; Shulman et al., 2011; Caprara et al., 2014). O estudo longitudinal conduzido por Paciello et al. (2008), com 366 jovens dos 14 aos 20 anos, procurou compreender as trajetórias do descomprometimento moral e a sua relação com os comportamentos violentos durante o período da adolescência. Após identificarem diferentes trajetórias para estes mecanismos, com base na sua gravidade, verificaram que os índices de descomprometimento moral diminuíam significativamente em todos os grupos até aos 20 anos (89%). Contudo, quando os jovens apresentavam índices mais elevados revelavam uma maior dificuldade em desistir das condutas violentas, tendendo a manter as mesmas ao longo do desenvolvimento e para lá da adolescência (Paciello et al. 2008).

6. Limitações do Estado de Arte Atual

As perspetivas do desenvolvimento criminal e do ciclo de vida, como anteriormente mencionado, focam-se na compreensão da etiologia da criminalidade e na sua manifestação ao longo da trajetória de vida (Piquero et al., 2016). Apesar de terem contribuído com diversas investigações longitudinais que permitiram tecer importantes informações empíricas no âmbito da psicologia e da criminologia, a realidade é que muitas destas investigações não seguem totalmente o ciclo de vida, uma vez que são poucas as que exploram as faixas etárias acima dos 30 anos (e.g. Sampson & Laub, 1993; Le Blanc, & Fréchette, 1989; Farrington et

al, 2006; Moffit, 1993), não se incidindo, por isso, no desenvolvimento do comportamento criminal ao longo da idade adulta (Mathews & Minton, 2018).

Para além disto, embora Farrington (2006) considere que os processos cognitivos apresentam uma influência na determinação de uma ação. Interferindo nas variáveis de longo termo (e.g. traços; modelos; impulsividade; competências sociais) e nas variáveis de curto termo (e.g. variáveis situacionais; motivações). A forma como as cognições antissociais, como o descomprometimento moral, se desenvolvem ao longo dos diferentes estádios da idade adulta é pouco explorada na literatura. Um grande leque dos estudos empíricos que se focam no descomprometimento moral são conduzidos na infância e na adolescência (e.g. Shulman et al., 2011; Delis, et al. 2014; Espejo-Silesa et al., 2020; Paciello et al., 2008), não sendo possível compreender de que forma este mecanismo cognitivo se manifesta e influência o comportamento criminal ao longo da idade adulta.

7. Presente Investigação

A curva idade-crime, amplamente estudada e discutida na literatura (LeBlanc, 2020; Jennings et al., 2016; Delisi, 2015; Sampson & Laub, 2005; Moffitt, 2006), remete para uma diminuição da criminalidade conforme o individuo vai envelhecendo. Da mesma forma, também os fatores promotores da mesma, como o descomprometimento moral, apresentam uma tendência para diminuir ao longo do ciclo de vida (Paciello et al.; 2008; Hyde et al., 2010; Shulman et al., 2011; Caprara, 2014). Contudo, devido às limitações presentes na literatura, é difícil compreender de que forma o descomprometimento moral se manifesta para lá do início da idade adulta e sua relação com a criminalidade nesta fase do desenvolvimento. Tornando difícil entender a importância e as vantagens de intervir neste âmbito. Desta forma, considera-se relevante abordar este construto, nestas faixas etárias, comparando indivíduos que tenham efetivamente perpetrado atos criminais com indivíduos da comunidade geral, de forma a incidir sobre a evolução do descomprometimento moral e o seu impacto nas condutas antissociais nos diferentes estádios da idade adulta.

Neste sentido, surge a presente investigação, que tem como objetivos: 1) verificar se existem diferenças na manifestação do descomprometimento moral na população forense e na população comunitária; 2) analisar possíveis diferenças no desenvolvimento do descomprometimento moral, entre as duas populações, na idade adulta e; 3) compreender de que forma a fase da vida adulta interfere com os índices de descomprometimento moral, na população forense e na população comunitária. Apresentando-se como hipóteses as seguintes:

H1: Uma vez que os mecanismos de descomprometimento moral são descritos como fenómenos influentes na criminalidade (Moore, 2015), perspectiva-se que a população reclusa evidencie níveis mais elevados de descomprometimento moral que a população comunitária.

H2: Ao comparar o desenvolvimento do descomprometimento moral nos diferentes estádios da idade adulta, prevê-se que a população comunitária apresente índices menos elevados de descomprometimento moral, que a população forense.

H3: Na idade adulta é esperado que o descomprometimento moral seja superior entre os 18 e os 29 anos (início da idade adulta) quando comparado com os restantes períodos etária, tanto na população reclusa (H3.1) como na população comunitária (H3.2).

MÉTODO

1. Participantes

A presente investigação é constituída por uma amostra de 531 indivíduos, do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 83 anos ($M=40.20$; $DP= 15.47$). Sendo os participantes que compõe a amostra provenientes do meio comunitário ($n= 232$) e de diversos estabelecimentos prisionais ($n= 299$).

Os participantes da população forense apresentam uma média de idades de 37.45 anos ($DP= 11.22$), enquanto os participantes da população comunitária apresentam uma média correspondente a 43.74 anos ($DP= 19.08$). Como se pretende compreender as diferenças na amostra ao longo do ciclo de vida adulta, os participantes foram agrupados de acordo com os estágios do desenvolvimento psicossocial de Erikson (1960), ou seja, início da idade adulta (18 – 29 anos), meia-idade (30 – 64 anos) e terceira idade (65- 89 anos). Tendo se verificado que no início da idade adulta a população forense representava 62.5% da amostra e a população comunitária 45.30%. Na idade adulta a população forense representava 35.10% da amostra, enquanto os restantes 37.10% são representativos da comunidade. A terceira idade é a fase da vida com menos representatividade na amostra, correspondendo a 2.30% na população forense e a 17.70% na população comunitária. Estes dados, assim como outras informações sociodemográficas, encontram-se expostos na Tabela 1.

A amostra da população forense foi recolhida em vários Estabelecimentos Prisionais (EP) da área da Grande Lisboa, mais concretamente, no EP de Lisboa, EP do Montijo, EP de Caxias, EP do Linhó, EP de Sintra e no EP da Carregueira. Tendo também sido recolhida na área territorial do Tribunal de Execução de Penas (TEP) de Coimbra, nomeadamente no EP de Aveiro, no EP de Leiria, no EP de Leiria Jovens, no EP de Coimbra, no EP da Guarda e no EP de Torres Novas. Por sua vez, a amostra da população comunitária foi recolhida previamente no âmbito do projeto “Avaliar para intervir eficazmente: Reduzindo o risco de reincidência criminal e marginalização social”, em locais da comunidade e instituições sociais como ginásios, escolas, locais de trabalho, universidades, entre outros.

Ao recolher a amostra foram estabelecidos alguns critérios de exclusão, de modo a prevenir limitações ou constrangimentos para o presente estudo, sendo os mesmos: ter uma idade inferior a 18 anos; não saber falar português; apresentar uma taxa significativa de analfabetismo; ser portador de algum tipo de perturbação mental incapacitante. Na população forense foi também um critério de exclusão não ter uma condenação e na população comunitária ter algum tipo de envolvimento criminal (e.g. já ter sido detido; ter sido

condenado). Neste sentido foram excluídos da amostra 10 sujeitos por apresentarem problemas de saúde mental graves, 18 indivíduos da comunidade por já terem sido condenados ou detidos anteriormente, 2 sujeitos da população forense por se encontrarem em medida preventiva e 2 indivíduos por não terem indicado a sua idade ao responder ao questionário sociodemográfico, tratando-se desta resposta fundamental para a presente investigação.

Tabela 1

Dados Sociodemográficos

		População Forense (n =299)		População Comunitária (n=232)	
		M	DP	M	DP
Idade		37.45	11.22	43.74	19.08
Escolaridade		8.87	3.17	11.42	3.99
		n	%	n	%
Grupo Minoritário	Sim	61	20.4%	4	1.7%
	Não	231	77.3%	228	98.3%
Estado Civil	Solteiro	193	64.5%	86	37.1%
	Casado	29	9.7%	107	46.1%
	União de Facto	37	12.4%	25	10.8%
	Divorciado/Separado	38	12.7%	10	4.3%
	Viúvo	1	0.3%	4	1.7%
Fases da vida adulta	Início da idade adulta	187	62.5%	105	45.3%
	Meia-idade	105	35.1%	86	37.1%
	Terceira Idade	7	2.3%	41	17.7%

2. Instrumentos

Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico foi aplicado com o intuito de recolher informações gerais sobre os participantes como o género, a idade, habilitações literárias, nacionalidade, profissão e o grupo étnico, assim como, informações mais específicas como o estado civil, o número de filhos e o envolvimento prévio, ou atual, no sistema de justiça, através de questões como ‘já alguma vez viveu num centro educativo?’, ‘já alguma vez foi condenado?’,

“quantas vezes já foi condenado?”, “já alguma vez esteve preso ou detido?” e “qual o tempo de pena?”.

Civic Moral Disengagement Scale (Caprara et al., 2009; Camelo, 2022)

A *Civic Moral Disengagement Scale* (CMD) foi elaborada por Bandura et al. (1996), tendo mais tarde sido validada por Caprara et al. (2009). É uma escala composta, inicialmente, por 40 itens. Posteriormente foram retirados 8 itens, uma vez que evidenciava propriedades psicométricas enfraquecidas, sendo atualmente constituída por 32 itens (Sagone & Caroli, 2014). Com as alterações efetuadas o instrumento demonstrou valores robustos de consistências interna, evidenciando um *Alpha de Cronbach* de .92.

Mais recentemente, Camelo (2022), realizou a validação da CMD para a população portuguesa. No seu estudo, concluiu, que para a validade da escala ser consistente era necessário remover os itens 2 (“Algumas pessoas são verdadeiros desastres”) e 10 (“as vítimas geralmente têm dificuldade em manter-se fora do perigo”), constituindo-se num instrumento composto por 30 itens. Na amostra forense a que foi aplicada a CMD revelou valores de consistência interna congruentes, apresentando um *Alpha de Cronbach* de 0.91.

A *Civic Moral Disengagement Scale* (CMD), compromete-se a avaliar o descomprometimento moral dos indivíduos para com os deveres e obrigações cívicas. É um instrumento de autorrelato, no qual as respostas variam numa escala de *Likert* de 5 pontos (1= discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = não discordo nem concordo; 4 = concordo e 5 = concordo totalmente). Através dos itens são explorados os oito mecanismos que representam o descomprometimento moral, que de acordo com Bandura (1996) são: a justificação moral (itens, 18, 22, 24, 29), a linguagem eufemística (itens 12, 14, 17, 32), a comparação vantajosa (itens 4, 21, 23, 27), o deslocamento da responsabilidade (itens 1, 5, 20, 26), a difusão da responsabilidade (itens 6, 13, 16, 30), a minimização/ distorção das consequências (itens 7, 9, 11, 25), a atribuição da culpa (itens 3, 10, 25, 19) e a desumanização (itens 2, 8, 28, 31). No entanto, as características psicométricas desta escala apenas permitem aferir sobre os índices de descomprometimento moral de forma unidimensional.

3. Procedimento

A presente investigação insere-se no projeto de investigação científica “Avaliar para intervir eficazmente: Reduzindo o risco de reincidência criminal e marginalização social”, iniciado no ano de 2020. Esta tem o propósito de estudar os fatores de risco e os fatores de proteção para o comportamento antissocial, assim como, aferir sobre os fenómenos que

intervêm na integração social de indivíduos adultos, tanto da comunidade como da população forense. Pelo que, a primeira etapa da investigação consistiu na aprovação do projeto de investigação pela Comissão de Ética de Investigação do Ispa (Instituto Superior de Psicologia Aplicada). A segunda etapa correspondeu á recolha de dados, realizada nos anos anteriores do projeto, em vários contextos da comunidade e nos estabelecimentos prisionais da área da Grande Lisboa, nomeadamente no EP de Lisboa (n = 53), EP de Sintra (n = 42), EP de Caxias (n = 29), EP de Linhó (n = 33), EP de Montijo (n = 12) e EP de Carregueira (n = 41).

Ao iniciar a terceira etapa, na qual a presente investigação está integrada, procurou-se adquirir o consentimento da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) para a visita aos estabelecimentos prisionais da zona TEP de Coimbra, tendo o mesmo sido obtido. Posteriormente, articulou-se com a administração dos estabelecimentos prisionais de modo a agendar a presença nos mesmos e as condições a cumprir. A recolha da amostra foi realizada tanto individualmente como em grupo, nos estabelecimentos prisionais de Aveiro (n=7), Coimbra (n=30), Guarda (n=26), Leiria (n=9), Leiria Jovens (n=20) e Torres Novas (n=4). A mesma iniciava com uma breve explicação do estudo e a apresentação do consentimento informado, assegurando a confidencialidade ao demonstrar aos participantes que assim que assinassem o consentimento informado o mesmo era separado e arquivado aleatoriamente. Também foi comunicado aos participantes que poderiam desistir de participar em qualquer momento e que não havia tempo limite para a realização do estudo. Após assinarem o consentimento informado, procederam ao preenchimento do protocolo de avaliação com recurso a uma caneta às folhas que continham os instrumentos. Ao finalizar o preenchimento os itens foram devolvidos e as respostas foram conferidas de forma a certificar que os indivíduos haviam respondido a tudo.

Por fim, a última etapa, abarcou a análise da informação recolhida através do programa *IBM SPSS Statistics* (Versão 29). Os dados recolhidos na presente investigação foram adicionados á base de dados existente do referido projeto, sendo seguidamente realizados os diferentes procedimentos estatístico, de acordo com os objetivos da presente investigação.

Numa primeira fase procedeu-se à limpeza da base de dados, tendo sido retirados os dados que cumpriam os critérios de exclusão da presente investigação. Seguidamente realizaram-se as metodologias referentes á aquisição de informação relativa às frequências e às estatísticas descritivas. Antes de se proceder às análises foram averiguados os pressupostos de normalidade e homogeneidade de variâncias. Com o intuito de comparar os índices de descomprometimento moral na população forense e na população comunitária realizou-se o *Teste T Student* de comparação de médias para amostras independentes. Após isto, de modo a

compreender como é que o descomprometimento moral se distribuía nos diferentes estádios da idade adulta, nas duas populações amostrais, foi realizado um teste paramétrico *ANOVA TWO-WAY*, tendo posteriormente, para a análise das diferenças evidenciadas, sido realizado o teste *Post-Hoc* de *Tukey*.

RESULTADOS

Os resultados serão apresentados no seguimento dos objetivos anteriormente expostos, com a intenção de tornar a análise dos mesmos mais intuitiva. Desta forma, primeiro serão expostas as diferenças ao nível dos índices médios do descomprometimento moral quando comparadas as duas populações. Posteriormente são apresentadas a análise das variâncias entre os diferentes estágios da idade adulta na população forense e comunitária, e sua comparação, ao nível do descomprometimento moral.

1. Comparação do descomprometimento moral na população forense e na população comunitária

Efetuiu-se um teste de comparação de médias com o intuito de se verificar se existem diferenças significativas ao nível do descomprometimento moral entre as duas populações. Através do *Test T student* para Amostras Independentes foi possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas entre as duas populações ($t(507.72) = 2.67$, $p = .002$, $d = 0.074$), tendo a população forense ($M = 1.16$, $DP = 0.69$) demonstrando índices mais elevados de descomprometimento moral que a população comunitária ($M = 1.01$, $DP = 0.53$). Os resultados encontram-se expostos na figura 1 e na tabela 2.

Figura 1. Média do Total da CMD por população

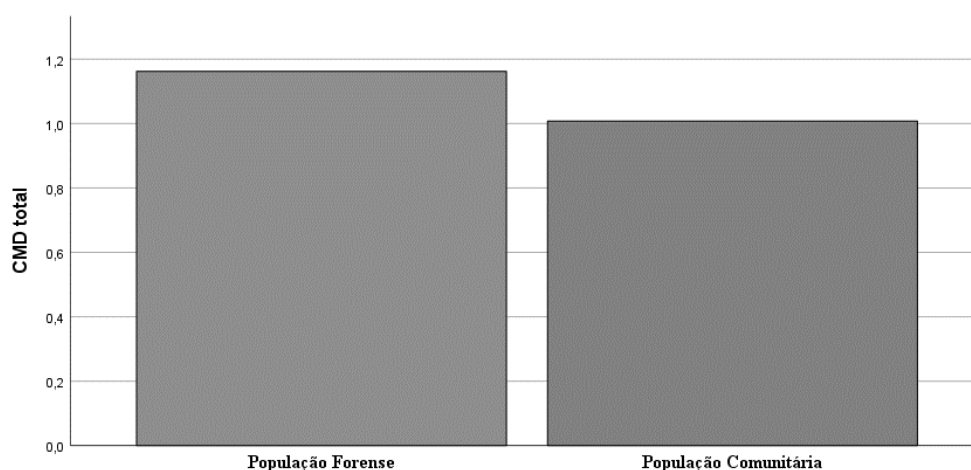


Tabela 2*Diferenças do Descomprometimento Moral entre Populações*

	Forense			Comunitária			<i>Estatística de Teste e Effect Size</i>		
	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d de Cohen</i>
Descomprometimento Moral	280	1.162	0.685	232	1.01	0.530	2.67	.002	.249

2. Diferenças entre a população forense e a população comunitária nos índices de descomprometimento moral nos diferentes estádios da idade adulta

Ao recorrer à *ANOVA two-way* procurou-se compreender se existiam diferenças nos índices de descomprometimento moral nos diferentes estádios da vida adulta, entre sujeitos que tivessem efetivamente comportamentos criminais e os sujeitos que, alegadamente, não perpetuam este tipo de conduta. Ao observar a tabela 3, conseguimos perceber que a análise de variâncias evidenciou um efeito significativo relativamente aos estádios da vida adulta no qual o individuo se encontra ($F(2.51) = 4.91$, $p = .008$, $\eta^2 = .002$). Contudo, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas no descomprometimento moral, fosse o individuo da população da população forense ou da população comunitária ($F(1.51) = 0.98$, $p = .323$, $\eta^2 = .002$), nem na relação entre as fases da vida adulta e as duas populações ($F(2.51) = 0.89$, $p = .915$, $\eta^2 = .000$).

Subsequentemente, de modo a examinar, as diferenças relativamente aos diferentes estágios de vida adulta e a sua influência nos índices de descomprometimento moral, utilizou-se o *Post-Hoc* de *Tukey*, observando-se a tabela de comparações múltiplas (Tabela 4). Através deste verificaram-se diferenças estatisticamente significativas ao nível do descomprometimento moral no início da idade adulta, quando comparados aos indivíduos que se encontravam na meia-idade ($IJ = 0.19$, $p = .005$) e na terceira idade ($IJ = 0.24$, $p = 0.035$). Contudo, ao comparar a meia-idade com a terceira idade não houve indícios de diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 3*ANOVA two way para a comparação entre grupos*

		Soma dos		Quadrado			
		Quadrados	<i>gl</i>	Médio	<i>F</i>	Sig.	η^2
	EP	0.371	1	0.371	0.98	0.323	0.002
CMD							
Total	Fases da vida	3.725	2	1.863	4.91	0.008	0.019
	EP *	0.068	2	0.034	0.89	0.915	0.000
	Fases da vida						
	Total	809.540	512				

Tabela 4*Comparações múltiplas entre grupos*

Fases da vida (I)	Fases da vida (J)	Diferença Média (I-J)	Erro Padrão	Sig.
Início da idade adulta	Meia-idade	0.19*	0.06	.005
	Terceira idade	0.24*	0.10	.035
Meia-idade	Início da idade adulta	-0.19*	0.06	.005
	Terceira idade	0.05	0.10	.850
Terceira idade	Início da idade adulta	-0.24*	0.10	.035
	Terceira idade	-0.05	.010	.850

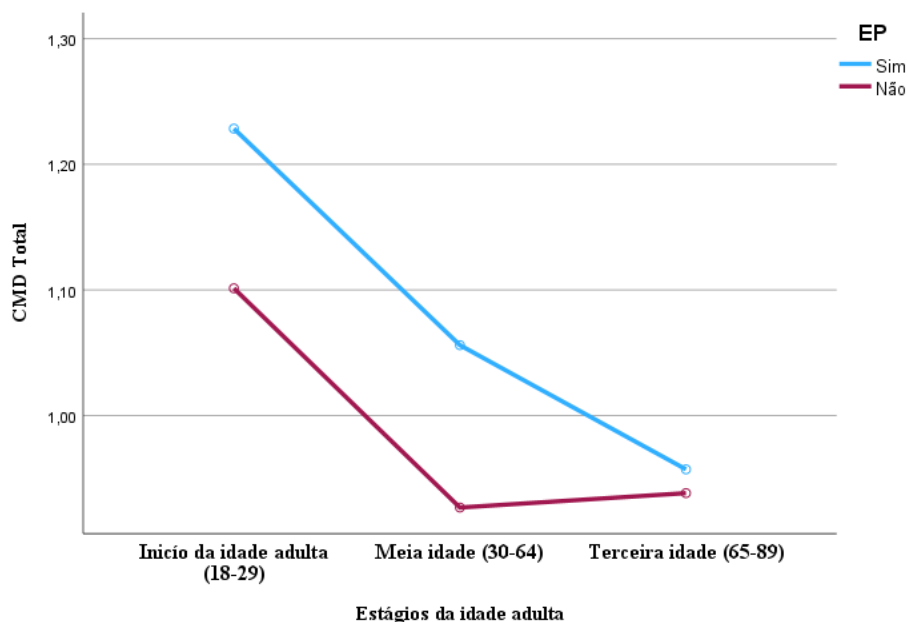
Nota. * A diferença média é significativa no nível 0.05

3. Desenvolvimento do descomprometimento moral nos diferentes estádios da vida adulta, na população forense e na população comunitária.

Como anteriormente observado, existem diferenças estatisticamente significativas ao longo da idade adulta ao nível do descomprometimento moral, verificando-se no início da idade adulta índices mais elevados do que nas idades subsequentes. Apesar da comparação de variâncias ter demonstrado que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as duas populações, ao observar a figura 2, podemos perceber que o declínio dos índices de descomprometimento moral se sucede de forma mais abrupta, entre o início da idade adulta e a meia-idade, na população comunitária. Diminuindo de forma mais gradual na população forense, só alcançado níveis basais na terceira idade.

Figura 2

Nível médio do descomprometimento moral na população reclusa e na população comunitária nos diferentes estágios da idade adulta



DISCUSSÃO

O presente estudo teve como principal objetivo compreender de que forma o descomprometimento moral se desenvolve ao longo da vida adulta, tanto na população forense como na população comunitária, com o intuito de perceber a probabilidade do mesmo ser promotor da persistência do comportamento criminal ao longo do ciclo de vida. Os resultados da investigação conduzida permitiram verificar a existência de diferenças significativas entre a população reclusa e a comunidade ao nível do descomprometimento moral, contudo, os resultados sugerem que à medida que os anos passam, particularmente quando se transita para estádios mais tardios, as diferenças entre a população comunitária e a população reclusa tendem a desaparecer. Mantendo-se, apenas, as diferenças no início da idade adulta e as restantes faixas-etárias, independentemente de os indivíduos serem da população comunitária ou da população forense.

Descomprometimento Moral e a criminalidade

Tendo a presente investigação um foco direcionado à expressão do descomprometimento moral na idade adulta a primeira hipótese consistia na probabilidade do mesmo ser prevalente no seio da população reclusa, uma vez que se trata de um conjunto de mecanismos cognitivos promotores do envolvimento criminal (Moore, 2015). Através dos resultados observou-se que esta hipótese se confirma, apresentando a população reclusa índices mais elevados de descompromisso moral que a população comunitária.

A influencia dos mecanismos de descomprometimento moral no comportamento criminal e na predisposição para o envolvimento em condutas disruptivas tem sido demonstrada na literatura. A investigação desenvolvida por Navas et al. (2021), ao comparar adultos da população reclusa (n=160) e da população comunitária (n=160), verificou resultados semelhantes ao do presente estudo, tendo observado que na população reclusa os índices de descomprometimento moral eram mais elevados que na população comunitária. Embora a prevalência de estudos no âmbito da população adulta seja mais limitada, autores como Shulman et al. (2011), Paciello et al. (2008), Gini et al. (2013) Capara et al. (2008) e Cardwell et al. (2015) têm demonstrado que, no período da adolescência, estas reestruturações cognitivas se encontram relacionadas com a delinquência juvenil, condutas disruptivas e com uma maior expressividade da agressividade e da violência.

Shulman et al. (2011), através de uma investigação conduzida ao longo de 36 meses com 1.160 jovens do sexo masculino, entre os 14 e os 17 anos, que se encontravam em

cumprimento de medidas privativas de liberdade verificaram que o descomprometimento moral influenciava mudanças ao nível do comportamento antissocial. Identificaram que, conforme, os índices de descomprometimento moral fossem mais elevados a predisposição para o crime também era maior. Por outro lado, observaram que os jovens que apresentavam um menor descomprometimento moral detinham uma menor predisposição para a criminalidade.

Ao procurarem compreender as diferenças ao nível do descomprometimento moral e sua relação com o crime em jovens delinquentes, Cardwell e colegas (2015) identificaram três trajetórias de descomprometimento moral. Estas eram representadas por baixos padrões de descomprometimento moral, padrões moderados e padrões elevados. Na amostra masculina, composta por 1.170 jovens seguidos por um período de 7 anos, os indivíduos que apresentavam baixos padrões (50.5%) reincidiram menos que os indivíduos com padrões moderados (49.6%) e que os indivíduos com padrões elevados (9.9%), sendo que os indivíduos que apresentaram maiores índices de reincidência ao fim de 7 anos eram os indivíduos que manifestavam elevados níveis de descomprometimento moral.

Na comunidade, Paciello e colaboradores (2008) observaram uma tendência semelhante. Ao acompanharem 366 jovens dos 12 aos 20 anos detetaram que os jovens que apresentavam um maior envolvimento em comportamentos violentos e agressivos recorriam mais frequentemente a mecanismos de descomprometimento moral e que quanto mais prevalente fosse este recurso maior era a persistência neste tipo de condutas ao longo da adolescência e no início da idade adulta. Observaram, ainda, que o descomprometimento moral se relacionava positivamente com a agressividade física e verbal, assim como com a violência em todas as idades, funcionando como um forte preditor para o comportamento delinvente. Também, Espejo-Siles et al. (2020) ao realizar uma investigação com 871 adolescentes, entre os 10 e os 17 anos, em diferentes escolas de Espanha, verificaram que o descomprometimento moral se encontrava relacionado com a agressividade direcionada aos pares e com a manifestação de comportamentos violentos. Tendo aferido que a presença destes mecanismos era mais prevalente no período da adolescência do que na infância. Contrariamente, os jovens que não apresentavam problemas de conduta demonstravam índices mais baixos de descomprometimento moral.

Para além disto, existem evidências empíricas que relacionam índices de descomprometimento moral com a psicopatia na população forense (DeLisi et al., 2014; Navas et al., 2021), traços de personalidade como o maquiavelismo (Wang et al., 2017), a insensibilidade emocional (Shulman et al., 2011), pensamentos hostis ruminantes e ausência

de competências para lidar com a frustração (Capara et al., 2014), características que tornam os indivíduos mais predispostos a adotar condutas antissociais.

DeLisi et al. (2014), ao analisar 152 jovens do sexo masculino que se encontravam em cumprimento de medidas privativas de liberdade em instituições de justiça juvenil na Pensilvânia, averiguaram que o descomprometimento moral se encontrava associado a um início criminal mais precoce, revelando-se um mecanismo cognitivo influente na adoção de condutas criminais. Ao incidirem sobre a relação entre a psicopatia, o descomprometimento moral e o comportamento criminal verificaram que os indivíduos com características psicopáticas estão isentos de experienciar sentimentos de culpa ou vergonha através do recurso a mecanismo de descomprometimento moral. Apesar de terem averiguado que a relação entre a psicopatia e o comportamento criminal era direta em indivíduos com traços psicopáticos elevados, para os jovens que apresentavam menos traços psicopáticos, o comportamento criminal era mediado por mecanismos de descomprometimento moral (Delis, et al. 2014). Por sua vez, Shulman et al., (2011), através do *Pathways to Desistance Study*, relataram uma associação significativa entre os traços calosos, a ausência de competências emocionais e o descomprometimento moral na adoção de condutas criminosas. Existindo uma correlação significativa entre índices mais elevados de descomprometimento moral, traços psicopáticos e a manifestação de condutas antissociais. Contudo, mesmo ao controlar a interferência dos traços calosos, o descomprometimento moral permaneceu influente no comportamento antissocial (Shulman, et al., 2011).

Com o intuito de averiguarem de que forma o descomprometimento moral se relacionava com os comportamentos violentos na adolescência e no início da idade adulta, Caprara et al. (2014) atendendo a uma amostra de 345 jovens entre os 17 e os 20 anos observaram que estes mecanismos funcionavam como mediadores entre os pensamentos hostis, a ausência de competências para lidar com a frustração e o envolvimento em condutas violentas. Destacaram que a condução de uma ação perante elevados níveis de frustração, que por sua vez desencadeavam pensamentos hostis, era significativamente influenciada por mecanismos de descomprometimento moral que, conseqüentemente, facilitavam o recurso á violência como meio para atingir um fim. Desta forma, quanto mais predisposto a prosseguir pensamentos hostis maior é a probabilidade dos indivíduos recorrem a justificações que legitimem o seu comportamento, assim como, quanto maior for a o recurso a este tipo de mecanismos maior é a probabilidade de manifestar comportamentos disruptivos (Capara et al., 2014). Os autores concluíram que os pensamentos hostis ruminantes e o

descomprometimento moral eram responsáveis pela evolução e predisposição para a agressão e para a violência tanto no final da adolescência como no início da idade adulta.

Na população adulta, Navas e colaboradores (2021), realizaram uma investigação, na comunidade e num estabelecimento prisional, com o intuito de analisar se existia uma relação entre personalidades *Dark Triad*, o descomprometimento moral e o comportamento antissocial. Averiguaram que na população reclusa o recurso a mecanismos de descomprometimento moral encontrava-se relacionado com traços de personalidade como a psicopatia e o maquiavelismo. Observando, ainda, que a interação entre estes traços de personalidade e o descomprometimento moral resultava num maior potencial criminal. Por sua vez, na população comunitária, os indivíduos que revelaram índices mais elevados de descomprometimento moral tendiam a apresentar traços de personalidade como o maquiavelismo.

Desenvolvimento do Descomprometimento Moral na idade adulta

Perceber o desenvolvimento do descomprometimento moral na idade adulta era, também, um objetivo deste estudo, procurando compreender de que forma este se expressava nos diferentes estádios desta etapa do ciclo de vida. Desta forma, a segunda hipótese colocada centrava-se na probabilidade de a amostra comunitária, em comparação com a amostra forense, apresentar índices significativamente mais baixos de descomprometimento moral nos diferentes estádios da idade adulta, o que acabou por não se verificar.

Quando o descomprometimento moral é tido em conta globalmente, existem diferenças entre população forense e a população comunitária, contudo, quando se analisa a interseção entre as duas amostras e as etapas da vida adulta não existem diferenças estatisticamente significativas. As únicas diferenças que se revelam relevantes eram as evidenciadas ao nível dos índices de descomprometimento moral entre os estádios da idade adulta, refutando, assim, a segunda hipótese da presente investigação.

Neste sentido, verificou-se que os indivíduos entre os 18 e os 29 anos (início da idade adulta) demonstravam índices mais elevados de descomprometimento moral quando comparados com os indivíduos na meia-idade (30-64 anos) e na terceira idade (65-89 anos). Não se tendo observado diferenças estatisticamente significativas quando comparados os indivíduos na meia-idade e os indivíduos na terceira idade. Corroborando assim a terceira hipótese, que previa índices mais elevados de descomprometimento moral no início da idade adulta do que nos restantes estádios de desenvolvimento independentemente da população.

Como se pode constatar na figura 2, os resultados obtidos sugerem que á medida que os anos passam, particularmente quando se transita para estádios mais tardios, as desigualdades entre a população comunitária e a população reclusa tendem a desaparecer. Observando-se que, na comunidade, o descomprometimento moral diminuía substancialmente entre o início da idade adulta e a meia-idade, alcançado o seu ponto base. Por outro lado, na população forense, o descomprometimento moral vai decaindo progressivamente e de forma mais lenta, atingindo o ponto base apenas na terceira idade.

Estes resultados são coincidentes ao contemplado nos estudos longitudinais conduzidos no âmbito do descomprometimento moral. Paciello et al (2008) identificaram que á semelhança do comportamento criminal o descomprometimento moral revelava índices mais elevados entre os 14 e os 16 anos que posteriormente diminuían no início da idade adulta. Sendo este declínio semelhante, mesmo quando existiam diferentes trajetórias de desenvolvimento e de descomprometimento para com a moralidade, apresentando um declínio de 89% aos 20 anos. Capara et al. (2014) também observaram este fenómeno, destacando uma diminuição significativa entre o final da adolescência e o início da idade adulta, derivada da aquisição de competências de autorregulação que tornavam os indivíduos menos vulneráveis á frustração e aos pensamentos hostis.

O descomprometimento moral acaba por seguir uma trajetória similar á curva-idade crime, existindo uma probabilidade maior de recorrer a este tipo de reestruturação cognitiva no período da adolescência (Hyde et al., 2010). Na meta-análise realizada por Gini e colaboradores (2013) ao compararem crianças e adolescentes apuraram que o recurso a estratégias de descomprometimento moral é mais frequente na adolescência. Contudo, á medida que o individuo vai atingindo a maturidade existe uma tendência para este tipo de estrutura cognitiva diminuir, mesmo nos indivíduos que apresentam padrões elevados de descompromisso com a moralidade (Cardwell et al., 2015).

Este declínio gradual ao longo da adolescência e significativo no início da idade adulta pode ser relacionado com o processo de maturação psicobiológico, mais concretamente, com o aprimoramento das competências de autoeficácia e de autorregulação (Paciello et al., 2008). Á medida que se dá o desenvolvimento do individuo, o mesmo vai adquirindo mais consciência sobre o mundo que o rodeia, desenvolvendo a sua capacidade empática, permitindo-se colocar do outro, aperfeiçoando as suas competências sociais (Shulman et al., 2011). É, também, mais exposto a uma maior panóplia de dilemas morais com consequências relevantes para si e para os outros, que o levam a restringir de determinados comportamentos (Paciello et al., 2008). De acordo com Paciello et al. (2008), o declínio do recurso a

mecanismos de descomprometimento moral está associado a transformações sociais, que advém da aquisição de mais responsabilidades á medida que o individuo vai crescendo, estando cada vez mais inserido no contexto social.

Isto acaba por ser congruente com os estádios de desenvolvimento psicossocial definidos por Erikson em 1950, na qual o início da idade adulta representa o estabelecimento de relações interpessoais significativas em diversos contextos sociais que conseqüentemente levam a que o mesmo pretenda exercer papeis significativos com responsabilidade de forma a não se sentir isolado socialmente.

Relativamente à criminalidade, Sampson e Laub (2003), desenvolveram uma perspectiva semelhante. Como anteriormente mencionado, observaram uma predominância das condutas criminais entre os 17 e os 24 tornando-se, estas, gradualmente menos frequentes conforme o individuo entrava na idade adulta. Diminuindo de 89% das detenções para as 65% entre os 25 e os 31 anos, continuando esta tendência, tendo os autores verificado que na terceira idade os índices de detenção eram de 12%. Através da sua investigação aferiram que, em média, os indivíduos iniciavam o comportamento criminal por volta dos 12 anos e desistiam do mesmo por volta dos 38 anos. Na sua teoria do desenvolvimento criminal e do ciclo de vida associam esta desistência aos vínculos sociais que vão formulando ao longo da trajetória de vida (Sampson & Laub, 2005). Tendo a idade a adulta um impacto relevante pois é neste período que ocorrem mudanças mais significativas neste sentido, passando o individuo a estar mais envolvido em estruturas sociais (e.g. emprego), apresentando, também, uma maior predisposição para desenvolver relações interpessoais mais profundas (e.g. matrimônio; relações de intimidade; parentalidade) (Sampson & Laub, 2003). Estas mudanças são denominadas pelos autores como 'turning points' pois acarretam transformações ao nível das rotinas, das estruturas sociais e, conseqüentemente, da identidade levando gradualmente ao distanciamento de uma identidade antissocial e conseqüentemente, à desistência da criminalidade ao longo do tempo (Sampson & Laub, 2003).

Por outro lado, a perspectiva de Moffitt (1993) sob a curva idade-crime e as diferenças que a mesma representa ao nível da criminalidade segue outra fundamentação. Ao observar que o comportamento criminal tendia a iniciar-se entre os 8 e os 14 anos, atingindo índices mais elevados entre os 15 e os 19 anos e uma propensão para a desistência destas condutas entre os 20 e os 29 anos (Moffitt, 2018), definiu as duas trajetórias criminais referidas previamente. Estas trajetórias relacionam-se de forma distinta com o comportamento criminal ao longo do ciclo de vida (Moffitt, 1993). Segundo a autora, os indivíduos que limitam o seu comportamento criminal á adolescência são, de acordo com este modelo, os únicos que

concretamente desistem da criminalidade, representando a maior parte da população com comportamentos desviantes (Moffitt, 2007). Os seus comportamentos encontram-se relacionados com o processo de maturação e social do indivíduo, desistindo abruptamente dos mesmos ao adquirir responsabilidade e a autonomia da idade adulta (Moffitt, 2018). Por sua vez, os indivíduos que persistem na criminalidade ao longo da trajetória de vida representam 10% da população (Moffitt, 1993). Através do *Dunedin Study* constatou que estes indivíduos tendem a envolverem-se mais precocemente em comportamentos desviantes, estruturando progressivamente uma identidade antissocial, continuando a relevar uma perpetuação elevada de condutas criminais em fases posteriores do ciclo de vida, tendo observado que entre os 26 e os 38 anos os índices de condenação eram de 55% (Moffitt, 2018). Este envolvimento precoce na criminalidade e a sua continuidade ao longo do tempo, encontram-se relacionados com fatores de risco como a presença de défices cognitivos, baixo nível de autocontrolo e uma elevada hiperatividade (fatores de risco individuais), que em interação com fatores de risco do contexto e com fatores de risco familiares aumentam a sua predisposição para a criminalidade (Moffitt, 2006). De acordo com Moffitt (2006), ao ingressar na idade adulta, eventos da vida como o casamento ou a empregabilidade pouco ou nada alteram o modo dos indivíduos serem e encararem o mundo evolvente (Moffitt, 1993; 2006). Tendo observado, através de métodos de autorrelato, que os indivíduos com comportamentos criminais persistentes expressam o recurso a violência nas suas relações de intimidade e para com os filhos (Moffitt, 2018).

Desta forma, Moffitt (2018) sugere que os indivíduos que perpetuam condutas criminais para lá da adolescência e início da idade adulta dificilmente abandonam a identidade antissocial, independentemente das mudanças que ocorram a nível individual, familiar ou no contexto ao longo do seu período de desenvolvimento. Contudo, os resultados obtidos na presente investigação parecem suportar de forma mais clara o modelo proposto por Sampson e Laub (2003) em contraposição com o modelo da Moffitt (2006), uma vez que o descomprometimento moral representa um conjunto de mecanismos característicos do pensamento antissocial. Nesse sentido, seria de esperar, de acordo com o modelo da Moffitt (2006), que ao longo da idade adulta, os indivíduos da população reclusa não revelassem um decréscimo significativo do descomprometimento moral e uma aparente convergência com os níveis de descomprometimento moral da população comunitária.

Os resultados observados indicam que o recurso a justificações e racionalizações antissociais vão diminuindo consideravelmente entre o início da idade adulta e as restantes faixas etárias (meia-idade e terceira idade). Neste sentido, a perspetiva do ciclo de vida de

Sampson e Laub (2005) aparenta ser mais congruente para a compreensão do desenvolvimento criminal, e dos fatores promotores e inibidores do mesmo ao longo da trajetória de vida. No entanto, uma vez que se não considerou o impacto de fenómenos como o casamento/relações íntimas ou empregabilidade, na análise das diferenças ao nível do descomprometimento moral não é possível averiguar efetivamente se estes “*turning points*” exercem influência no seu declínio na idade adulta.

Limitações e Estudos Futuros

A presente investigação foi realizada através da metodologia transversal que, apesar de permitir perceber de que forma o descomprometimento moral se manifestava na idade adulta, na amostra observada, não é suficiente para compreender a totalidade do seu desenvolvimento e, conseqüentemente, a sua relação com o comportamento criminal ao longo do ciclo de vida. Esta metodologia também não proporciona explorar de que forma a criminalidade se foi desenvolvendo na população forense, o que dificulta a análise da interceção entre estes construtos de forma completa. Para tal seria necessário incluir os restantes estádios de desenvolvimento psicossocial, nomeadamente as etapas da infância e da adolescência. De modo a colmatar estas limitações considera-se fundamental a realização de uma investigação de carácter longitudinal que permita, efetivamente, observar as mudanças que ocorrem ao longo da trajetória de vida, tanto na criminalidade, no descomprometimento moral como na relação entre os dois.

Devido à natureza deste estudo também não é possível aferir quais os fatores de risco que impulsionam e os fatores protetores que retraem o descomprometimento moral. Neste sentido, investigações longitudinais que se debruçam sobre o impacto dos fatores de risco (e.g. competências parentais; supervisão parental; progenitores com comportamentos criminais) e dos fatores protetores (e.g. emprego; matrimónio; parentalidade) no desenvolvimento dos mecanismos cognitivos promotores da criminalidade, parecem igualmente relevantes para compreender a sua evolução, a sua transformação e as áreas de intervenção fundamentais para a sua atenuação.

No âmbito da amostra existem, também, algumas limitações. Primeiro, a não inclusão de sujeito com menos de 18 anos, é uma limitação importante, não sendo possível compreender a expressão do descomprometimento moral antes da idade adulta e de que forma esta se transforma ao ingressar na mesma. Considera-se relevante que estudos futuros incluam jovens da comunidade e jovens que já tenham contactado com o sistema de justiça, através da recolha de dados junto das equipas tutelares educativas e dos centros educativos. Deste modo,

será possível incidir sobre a influência do descomprometimento moral na delinquência juvenil e as diferenças entre esta etapa do ciclo de vida e as restantes.

Para além disto, a presente amostra apresenta discrepâncias ao nível da representatividade nos estádios da vida adulta, principalmente na terceira idade, uma vez que a população proveniente da comunidade é significativamente mais envelhecida que a população do meio prisional. Isto leva a que comparação entre as duas populações não seja homogénea, dificultando inferências sobre os resultados alcançados. Recomenda-se que futuras investigações abranjam a população reclusa que se encontra na terceira idade, no sentido de compreender as estruturas de pensamento relativamente ao crime nesta etapa do ciclo de vida.

O recurso a instrumentos de autorrelato é também considerado uma limitação pois, embora permitam recolher a perceção do individuo sobre se próprio e as suas atitudes, estes podem ser enviesados pela desajustabilidade social, principalmente na população forense. Recorrer a registos oficiais e comparar os mesmos com dados de autorrelato podem conduzir a estudos interessantes, possibilitando aferir sobre a persistência, evolução e desistência do comportamento criminal, através de dados oficiais, e a sua relação com a perceção do individuo sobre o seu próprio comportamento.

Pontos Fortes e Recomendações Clínicas e Sociais

O ponto forte mais relevante da presente investigação foi ter contribuído para a interpretação de como o descomprometimento moral se manifesta nos diferentes estádios da vida adulta, relevando diferentes níveis de gravidade ao longo dos mesmos. Além deste, ao ter comparado a sua expressão na população forense e na população comunitária permitiu compreender que existem diferenças significativas entre as duas populações. Tendo contribuído para a limitada evidência empírica nesta faixa etária, uma das lacunas sentidas na literatura.

Neste sentido, a investigação conduzida indica a prevalência do descomprometimento moral em fases mais precoces do desenvolvimento e em indivíduos que se envolvem em condutas disruptivas e antissociais. Remetendo para a necessidade de continuar a intervir ao nível da relação entre as cognições e o comportamento em Estabelecimentos Prisionais e, principalmente, em Centros Educativos. Para tal programas com recurso a metodologias cognitivo-comportamentais podem ser uma vantagem para desconstruir as justificações e racionalizações direcionadas ao comportamento criminal.

Salienta-se a necessidade de implementar prevenções primárias e secundárias na comunidade, devido ao impacto dos fatores de risco, para a criminalidade e para os mecanismos cognitivos promotores da mesma, provenientes do meio envolvente e relacional do indivíduo. Sendo determinante, numa primeira instância, nomeadamente na infância, implementar intervenções no âmbito familiar, debruçando-se sobre as competências parentais. De modo a proporcionar ferramentas para corresponder às necessidades emocionais, físicas e comportamentais da criança, abordando, também, temáticas como medidas educacionais e de supervisão adequadas a um desenvolvimento saudável.

Em estádios de vida mais avançados, é fundamental intervir ao nível do contexto. A dinamização de prevenções primárias e secundárias com temáticas como a autorregulação, a autoestima, os comportamentos violentos e o *bullying*, em contexto escolar, são altamente pertinentes, facultando ao jovem competências empáticas, de autocensura, julgamento moral, tomada de decisão e ponderação de consequências. Considerando-se, ainda, que a realização de intervenções e programas socioeducativos em comunidades desfavorecidas, como bairros sociais, é extremamente relevante uma vez que este tipo de contexto apresenta repercussões significativas no modo como o indivíduo percebe o mundo e, conseqüentemente, dirige o seu comportamento, principalmente em idades mais precoces.

Considerações finais

A investigação conduzida indica existirem diferenças ao nível do descomprometimento moral na população forense e na população comunitária. Apresentando a população reclusa uma maior tendência para recorrer a justificações e racionalizações para o seu comportamento. Ao considerar os estádios da idade adulta foi possível observar que o descomprometimento moral era mais prevalente no início da idade da mesma, diminuindo consideravelmente nas restantes faixas etárias. Este declínio foi mais abrupto na população comunitária, enquanto na população forense ocorria de formas mais gradual. No entanto, não se verificou diferenças significativas nos índices de descomprometimento moral ao analisar a interação entre a idade adulta e as duas populações amostrais, ao contrário do que se esperava. Não obstante, a presente investigação contribuiu para compreender as transições no descomprometimento moral na idade adulta e a sua repercussão na criminalidade, ao comparar a população forense com a população comunitária. Destacando a necessidade de continuar a implementar intervenções direcionadas às cognições antissociais em meio

prisional e, principalmente, em Centros Educativos. Considerando, também, benéfico conduzir intervenções e programas socioeducativos na comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akers, R. L., & Sellers, C. S. (2009). *Criminological theories: Introduction, evaluation, and application* (5th ed.). New York: Oxford University Press.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2010). *The psychology of criminal conduct*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9781315677187>
- Bandura, A. (1986). Social foundations of thought and action. *Englewood Cliffs, NJ, 1986*(23-28).
- Bandura, A. (1991). Social cognitive theory of self-regulation. *Organizational behavior and human decision processes*, 50(2), 248-287.
[https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90022-L](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90022-L)
- Bandura, A. (1999). Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *Personality and social psychology review*, 3(3), 193-209 .
https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0303_3
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of personality and social psychology*, 71(2), 364.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.71.2.364>
- Besemer, S., Ahmad, S. I., Hinshaw, S. P., & Farrington, D. P. (2017). *A systematic review and meta-analysis of the intergenerational transmission of criminal behavior*. *Aggression and Violent Behavior*, 37, 161–178.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.10.004>
- Caprara, G. V., Fida, R., Vecchione, M., Tramontano, C., & Barbaranelli, C. (2009). Assessing civic moral disengagement: Dimensionality and construct validity. *Personality and individual differences*, 47(5), 504-509.
<https://doi.org/10.1016/j.paid.2009.04.027>
- Caprara, G. V., Tisak, M. S., Alessandri, G., Fontaine, R. G., Fida, R., & Paciello, M. (2014). The contribution of moral disengagement in mediating individual tendencies toward aggression and violence. *Developmental Psychology*, 50(1), 71–85.
<https://doi.org/10.1037/a0034488>

- Cardwell, S. M., Piquero, A. R., Jennings, W. G., Copes, H., Schubert, C. A., & Mulvey, E. P. (2015). Variability in moral disengagement and its relation to offending in a sample of serious youthful offenders. *Criminal justice and behavior*, 42(8), 819- 839. <https://doi.org/10.1177/0093854814567472>
- Crick, N. R., & Dodge, K. A. (1996). Social Information-Processing Mechanisms in Reactive and Proactive Aggression. *Child Development*, 67(3), 993. <https://doi.org/10.2307/1131875>
- Cullen, F. T. (2011). Beyond adolescence-limited criminology: Choosing our future—the American society of criminology 2010 Sutherland address. *Criminology; an Interdisciplinary Journal*, 49(2), 287–330. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2011.00224.x>
- Davis, M. (1997). Neurobiology of fear responses: The role of the amygdala. *The Journal of Neuropsychiatry and Clinical Neurosciences*, 9(3), 382–402. <https://doi.org/10.1176/jnp.9.3.382>
- De Caroli, M. E., & Sagone, E. (2014). Mechanisms of moral disengagement: An analysis from early adolescence to youth. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 140, 312-317. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.04.426>
- DeLisi, M. (2015). Age-crime curve and criminal career patterns. In J. Morizot & L. Kazemian (Eds.), *The development of criminal and antisocial behavior: Theory, research and practical applications* (pp. 51–63). Springer International Publishing AG. https://doi.org/10.1007/978-3-319-08720-7_4
- DeLisi, M. (2015). *Career Criminals and the Antisocial Life Course*. *Child Development Perspectives*, 10(1), 53–58. <https://doi.org/10.1111/cdep.12161>
- DeLisi, M., Peters, D. J., Dansby, T., Vaughn, M. G., Shook, J. J., & Hochstetler, A. (2014). Dynamics of psychopathy and moral disengagement in the etiology of crime. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 12(4), 295-314. <https://doi.org/10.1177/1541204013506919>

- Derr, S., & Morrow, M. T. (2020). *Effects of a Growth Mindset of Personality on Emerging Adults' Defender Self-Efficacy, Moral Disengagement, and Perceived Peer Defending*. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(3-4), 542–570.
<https://doi.org/10.1177/0886260517713716>
- Detert, J. R., Treviño, L. K., and Sweitzer, V. L. (2008). Moral disengagement in ethical decision making: a study of antecedents and outcomes. *J. Appl. Psychol.* 93, 374–391.
<https://doi.org/10.1037/0021-9010.93.2.374>
- Erikson, E. H. (1950). *Childhood and society*. New York, NY: Norton.
- Erikson, E. H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. New York, NY: W. W. Norton & Company.
- Erikson, E. H. (1984). Reflections on the last stage—And the first. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 39, 155–165.
- Espejo-Siles, R., Zych, I., Farrington, D. P., & Llorent, V. J. (2020). *Moral disengagement, Victimization, Empathy, Social and Emotional Competencies as predictors of Violence in Children and Adolescents*. *Children and Youth Services Review*, 105337. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105337>.
- Eysenck, H. J., & Gudjonsson, G. H. (1989). *Crime and Personality. The Causes and Cures of Criminality*, 43–89. https://doi.org/10.1007/978-1-4757-6726-1_3
- Farrington, D. P. (1986). Age and crime. *Crime and justice*, 7, 189-250.
- Farrington, D. P. (2003). Developmental and life-course criminology: Key theoretical and empirical issues—the 2002 Sutherland Award address. *Criminology*, 41(2), 221-225. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00987.x>
- Farrington, D. P. (2005). Introduction to integrated developmental and life-course theories of offending. In D. P. Farrington (Ed.), *Integrated developmental and lifecourse theories of offending (Advances in criminological theory, Vol. 14, pp. 1–14)*. Transaction: New Brunswick, NJ.
- Farrington, D. P., & Ttofi, M. M. (2014). 2 Developmental and Life-Course Theories of Offending. *The Development of Criminal and Antisocial Behavior*, 19–38.
https://doi.org/10.1007/978-3-319-08720-7_2

- Farrington, D. P., Jolliffe, D., & Coid, J. W. (2021). Cohort profile: The Cambridge study in delinquent development (CSDD). *Journal of Developmental and Life-Course Criminology*, 7, 278-291.
- Farrington, D. P., Piquero, A. R., & Jennings, W. G. (2013). *Offending from Childhood to Late Middle Age: Recent Results from the Cambridge Study in Delinquent Development* (SpringerBriefs in Criminology). Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-1-4614-6105->
- Gao, Y., Tuvblad, C., Schell, A., Baker, L., & Raine, A. (2014). Skin conductance fear conditioning impairments and aggression: A longitudinal study. *Psychophysiology*, 52(2), 288–295.
<https://doi.org/10.1111/psyp.12322>
- Gard, A. M., Dotterer, H. L., & Hyde, L. W. (2019). Genetic influences on antisocial behavior: recent advances and future directions. *Current Opinion in Psychology*, 27, 46–55.
<https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2018.07.013>
- Gini, G., Pozzoli, T., & Hymel, S. (2014). Moral disengagement among children and youth: A meta-analytic review of links to aggressive behavior. *Aggressive behavior*, 40(1), 56-68.
<https://doi.org/10.1002/ab.21502>
- Glueck, S., & Glueck, E. (1950). Unraveling juvenile delinquency. *Juv. Ct. Judges J.*, 2, 32.
<https://doi.org/10.1177/002205745013300903>
- Hirschi, T., & Gottfredson, M. (1983). Age and the explanation of crime. *American journal of sociology*, 89(3), 552-584.
- Hyde, L. W., Shaw, D. S., & Moilanen, K. L. (2010). Developmental precursors of moral disengagement and the role of moral disengagement in the development of antisocial behavior. *Journal of abnormal child psychology*, 38(2), 197-209.
<https://doi.org/10.1007/s10802-099-9358-5>
- Jennings, W. G., Loeber, R., Pardini, D. A., Piquero, A. R., & Farrington, D. P. (2015). *Offending from childhood to young adulthood: Recent results from the Pittsburgh Youth Study*. Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-3-319-25966-6>

- Jolliffe, D., Farrington, D. P., Piquero, A. R., Loeber, R., & Hill, K. G. (2017). Systematic review of early risk factors for life-course-persistent, adolescence-limited, and late-onset offenders in prospective longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior, 33*, 15–23.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.009>
- Jolliffe, D., Farrington, D. P., Piquero, A. R., MacLeod, J. F., & van de Weijer, S. (2017). *Prevalence of life-course-persistent, adolescence-limited, and late-onset offenders: A systematic review of prospective longitudinal studies. Aggression and Violent Behavior, 33*, 4–14.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.002>
- Knight, Z. G. (2017). *A proposed model of psychodynamic psychotherapy linked to Erik Erikson's eight stages of psychosocial development. Clinical Psychology & Psychotherapy, 24*(5), 1047–1058.
<https://doi.org/10.1002/cpp.2066>
- Lahey, B. B., Krueger, R. F., Rathouz, P. J., Waldman, I. D., & Zald, D. H. (2017). A hierarchical causal taxonomy of psychopathology across the life span. *Psychological Bulletin, 143*(2), 142–186.
<https://doi.org/10.1037/bul0000069>
- Latvala, A., Kuja-Halkola, R., Almqvist, C., Larsson, H., & Lichtenstein, P. (2015). A Longitudinal Study of Resting Heart Rate and Violent Criminality in More Than 700 000 Men. *JAMA Psychiatry, 72*(10), 971.
<https://doi.org/10.1001/jamapsychiatry.2015>
- Le Blanc, M. (2009). The development of deviant behavior, its selfregulation. *Monatsschrift fuer Kriminologie und Strafrechtsreform, 92*(2-3), 117- 136.
<https://doi.org/10.1515/mks-2009-922-304>
- Le Blanc, M., & Loeber, R. (1998). Developmental criminology updated. In M. Tonry (Ed.), *Crime and justice* (Vol. 23, pp. 115–198). Chicago: University of Chicago Press.

Loeber, R., Capaldi, D. M., & Costello, E. (2013). Gender and the development of aggression, disruptive behavior, and delinquency from childhood to early adulthood. In P. H. Tolan & B. L. Leventhal (Eds.), *Disruptive behavior disorders* (pp. 137–160). Springer Science + Business Media.

https://doi.org/10.1007/978-1-4614-7557-6_6

Lussier, P., & Healey, J. (2009). Rediscovering Quetelet, again: The “aging” offender and the prediction of reoffending in a sample of adult sex offenders. *Justice Quarterly*, 26(4), 827–856.

<https://doi.org/10.1080/07418820802593360>

Lykken, D. T. (1957). A study of anxiety in the sociopathic personality. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 55(1), 6–10. <https://doi.org/10.1037/h0047232>

Marsh, A. A., Stoycos, S. A., Brethel-Haurwitz, K. M., Robinson, P., VanMeter, J. W., & Cardinale, E. M. (2014). Neural and cognitive characteristics of extraordinary altruists. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(42), 15036–15041. <https://doi.org/10.1073/pnas.1408440111>

Maruna, S., & Mann, R. E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions. *Legal and Criminological Psychology*, 11(2), 155–177.

<https://doi.org/10.1348/135532506X114608>

Matthews, B., & Minton, J. (2017). *Rethinking one of criminology’s “brute facts”: The age–crime curve and the crime drop in Scotland*. *European Journal of Criminology*, 15(3), 296–320.

<https://doi.org/10.1177/1477370817731706>

Matza, D., & Sykes, G. (1957). Techniques of neutralization: A theory of delinquency. *American Sociological Review*, 22(6), 664–670. <https://doi.org/10.2307/2089195>

McGee, T. R., & Farrington, D. P. (2015). *Developmental and Life-Course Theories of Crime*. *The Handbook of Criminological Theory*, 336–354

<https://doi.org/10.1002/9781118512449.ch18>

- Moffitt, T (2007). A Review of Research on the Taxonomy of Life-Course Persistent Versus Adolescence-Limited Antisocial Behavior. In D. Flannery, A. Vazsonya & I. Waldman (Eds.), *The Cambridge Handbook of Violent Behavior and Aggression* (Cambridge Handbooks in Psychology, pp. 49-74). Cambridge: Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511816840.004>
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: a developmental taxonomy. *Psychological review*, 100(4), 674.
<https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2001). Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways among males and females. *Development and psychopathology*, 13(2), 355-375.
- Moffitt, T. E. (2018). *Male antisocial behaviour in adolescence and beyond*. *Nature Human Behaviour*, 2(3), 177–186. <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0309-4>
- Moore, C. (2015). Moral disengagement. *Current Opinion in Psychology*, 6, 199-204.
<https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.07.018>
- Moore, C., Detert, J. R., Klebe Treviño, L., Baker, V. L., & Mayer, D. M. (2012). Why employees do bad things: Moral disengagement and unethical organizational behavior. *Personnel Psychology*, 65(1), 1–48.
<https://doi.org/10.1111/j.1744-6570.2011.01237.x>
- Morizot, J., & Kazemian, L. (Eds.). (2015). *The development of criminal and antisocial behavior: Theory, research and practical applications*. Springer International Publishing
- Murray, J., & Farrington, D. P. (2010). Risk factors for conduct disorder and delinquency: key findings from longitudinal studies. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 55(10), 633-642.
<https://doi.org/10.1177/070674371005501003>
- Navas, M. P., Maneiro, L., Cutrín, O., Gómez-Fraguela, J. A., & Sobral, J. (2021). Contributions of the dark triad to moral disengagement among incarcerated and community adults. *Legal and Criminological Psychology*, 26(2), 196–214.
<https://doi.org/10.1111/lcrp.12190>

- Paciello, M., Fida, R., Tramontano, C., Lupinetti, C., & Caprara, G. V. (2008). Stability and change of moral disengagement and its impact on aggression and violence in late adolescence. *Child Development*, 79(5), 1288-1309.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2008.01189.x>
- Piquero, A., Jennings, W. G., & Reingle, J. M. (2016). *Life-Course Development and Crime: An Introduction. Preventing Crime and Violence*, 91–99.
https://doi.org/10.1007/978-3-319-44124-5_9
- Raine, A., Buchsbaum, M., & Lacasse, L. (1997). Brain abnormalities in murderers indicated by positron emission tomography. *Biological Psychiatry*, 42(6), 495–508.
[https://doi.org/10.1016/s0006-3223\(96\)00362-9](https://doi.org/10.1016/s0006-3223(96)00362-9)
- Rocque, M., Posick, C. and Hoyle, J. (2015). Age and Crime. In *The Encyclopedia of Crime and Punishment*, W.G. Jennings (Ed.).
<https://doi.org/10.1002/9781118519639.wbecpx275>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1990). Crime and deviance over the life course: The salience of adult social bonds. *American sociological review*, 609-627.
<https://doi.org/10.2307/2095859>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1992). Crime and deviance in the life course. *Annual Review of Sociology*, 18(1), 63–84.
<https://doi.org/10.1146/annurev.so.18.080192.000431>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1995). *Crime in the making: Pathways and turning points through life*. Harvard University Press.
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2003). Life-course desisters? Trajectories of crime among delinquent boys followed to age 70. *Criminology*, 41(3), 555-592.
<https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00997.x>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A Life-Course View of the Development of Crime. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 602(1), 12–45.
<https://doi.org/10.1177/0002716205280075>

- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2006). Life-course desisters? Trajectories of crime among delinquent boys followed to age 70. *Criminology; an Interdisciplinary Journal*, 41(3), 555–592. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00997.x>
- Shulman, E. P., Cauffman, E., Piquero, A. R., & Fagan, J. (2011). Moral disengagement among serious juvenile offenders: A longitudinal study of the relations between morally disengaged attitudes and offending. *Developmental psychology*, 47(6), 1619. <https://doi.org/10.1037/a002540>
- Siever, L. J. (2008). Neurobiology of Aggression and Violence. *American Journal of Psychiatry*, 165(4), 429–442. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.2008.0711177>
- Sijtsema, J. J., Garofalo, C., Jansen, K., & Klimstra, T. A. (2019). Disengaging from evil: Longitudinal associations between the dark triad, moral disengagement, and antisocial behavior in adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 47(8), 1351–1365. <https://doi.org/10.1007/s10802-019-00519-4>
- Sterzer, P. (2010). Born to Be Criminal? What to Make of Early Biological Risk Factors for Criminal Behavior. *American Journal of Psychiatry*, 167(1), 1–3. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.2009.0911160>
- Thornberry, T. P., & Krohn, M. D. (2005). Applying interactional theory to the explanation of continuity 2 Developmental and Life-Course Theories of Offending 37 and change in antisocial behavior. In D. P. Farrington (Ed.), *Integrated developmental and life-course theories of offending* (pp. 183–209). New Brunswick, NJ: Transaction
- Tillman, C. J., Gonzalez, K., Whitman, M. V., Crawford, W. S., & Hood, A. C. (2018). A multi-functional view of moral disengagement: Exploring the effects of learning the consequences. *Frontiers in psychology*, 8, 2286. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.02286>
- Walters, G. D. (1990). *The criminal lifestyle: Patterns of serious criminal conduct*. Sage Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781483325569>
- Walters, G. D. (2020). Moral disengagement as a mediator of the co-offending–delinquency relationship in serious juvenile offenders. *Law and Human Behavior*, 44(5), 437–448. <https://doi.org/10.1037/lhb0000425>

Wang, C., Ryoo, J. H., Swearer, S. M., Turner, R., & Goldberg, T. S. (2017). Longitudinal relationships between bullying and moral disengagement among adolescents. *Journal of youth and adolescence*, 46(6), 1304-1317.

<https://10.1007/s10964-016-057-0>

Winnicott, D. W. (1987). Privação e delinquência. In *Privacao e delinquencia* (pp. 290-290).

ANEXOS

Anexo I – Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

O projeto de investigação científica “*Avaliar para intervir eficazmente: Reduzindo o risco de reincidência criminal e marginalização social*”, é conduzido por uma equipa de investigadores de 3, englobando só em 2019/2020, 6 dissertações de mestrado.

Pretende-se estudar os fatores de risco e de proteção para o comportamento pró/antissocial, bem como para a integração social em adultos, tanto da comunidade como da população prisional.

A sua participação não lhe trará risco ou despesa e pode a qualquer momento recusar a continuidade da sua participação no estudo. A aplicação do questionário é realizada a várias pessoas e o consentimento informado é, desde início, separado das suas respostas, tornando impossível associar as suas respostas à sua identificação, **garantindo-lhe por isso, o máximo de confidencialidade**. Os resultados deste projeto poderão ajudar a moldar políticas públicas mais eficazes. **A sua participação é voluntária e os dados fornecidos são absolutamente confidenciais e usados para fins científicos. Nesse sentido, por favor seja sincero.**

Caso aceite participar, pedimos de seguida o seu consentimento informado. Os investigadores disponibilizam-se para esclarecer quaisquer dúvidas, informações adicionais poderão ser obtidas através do e-mail: projetoispaprosocial@gmail.com. Muito Obrigado!

Eu, _____ (nome completo), li e compreendi este documento e aceito participar no projeto científico: “*Avaliar para intervir eficazmente: Reduzindo o risco de reincidência criminal e marginalização social*”, dando o meu consentimento informado e tendo a garantia que todos os meus dados permanecerão confidenciais.

O/A participante

(Assinatura)

Anexo II – Questionário Sociodemográfico

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Dados dos EP's? (a preencher pela investigadora – Sim/Não): _____ Se sim, qual? _____

1. Sexo: Masculino Feminino

2. Idade: _____

3. Escolaridade: _____ (número máximo de anos de escola concluídos com sucesso)

4. Profissão _____ (se está neste momento num estabelecimento prisional, indique a profissão que tinha na altura que foi condenado)

5. Nacionalidade: _____

6. Considera-se parte de um grupo étnico minoritário?

Não Sim

7. Estado Civil:

Solteiro União de Facto Casado Divorciado/Separado Viúvo

8. Se não é financeiramente independente indique a escolaridade e profissão de quem o suporte financeiramente (se é mais que uma pessoa, indique a profissão e escolaridade de quem ganha mais ao fim do mês).

8.1. Escolaridade _____

8.2. Profissão _____

9. Tem filhos? Não Sim

10. Quantos? _____

11. Pratica regularmente desporto? Não Sim

12. Tem algum problema grave de saúde mental? Não Sim

13. Na sua infância e adolescência viveu sempre com os seus pais? Não Sim

14. Já alguma vez viveu num centro educativo? Não Sim

15. Já alguma vez foi condenado? Não Sim

16. Se sim, quantas vezes? _____

17. Já alguma vez esteve preso/a ou detido? Não Sim

18. Se sim, qual o crime/s? _____

19. Qual o tempo de pena? _____

20. Quantos dos seus amigos já estiveram presos (Se nenhum, escreva apenas "0") _____

21. Se está neste momento num estabelecimento prisional, indique se já frequentou um programa de intervenção dentro do estabelecimento: Não Sim

22. Se sim, que tipo(s) de intervenção? _____

Anexo III - Civic Moral Disengagement Scale (CMD)

CMD

(G. V. Caprara, R. Fida, M. Vecchione, C. Tramontano, C. Barbaranelli, 2009;

Versão Portuguesa: T. S. Almeida e M. Basto-Pereira, 2019)

No conjunto de afirmações por favor, indique como poderá ser descrito o seu pensamento atual, utilizando a escala:

1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Não concordo nem discordo; 4 = Concordo; 5 = Concordo totalmente.

1. Quando não estão disponíveis caixotes do lixo, não faz sentido repreender cidadãos que deixam o lixo na rua.	1	2	3	4	5
2. Algumas pessoas são verdadeiros desastres.	1	2	3	4	5
3. Esquecermo-nos de chamar à atenção para um erro financeiro a nosso favor não é grave, uma vez que é responsabilidade de quem recebe verificar se existem erros.	1	2	3	4	5
4. Não faz sentido multar quem faz "graffitis" nas paredes, uma vez que existem pessoas que cometem atos de vandalismo bem piores.	1	2	3	4	5
5. Quando o trânsito está a andar rápido, condutores que excedem o limite de velocidade não deveriam ser multados, uma vez estão a acompanhar os outros carros.	1	2	3	4	5
6. Não faz sentido que o indivíduo se preocupe com problemas ambientais, uma vez que os efeitos negativos são produzidos pela sociedade como um todo.	1	2	3	4	5
7. Tendo em conta o desperdício de dinheiros públicos, fugir aos impostos não pode ser considerado reprovável.	1	2	3	4	5
8. Aqueles que são agressivos só podem esperar ser tratados da mesma forma pelos outros.	1	2	3	4	5
9. Furtos em grandes superfícies são irrelevantes em comparação com os ganhos dessas lojas.	1	2	3	4	5
10. As vítimas geralmente têm dificuldade em manter-se fora de perigo.	1	2	3	4	5
11. Furtos não prejudicam muito o comércio, uma vez que o seguro cobre o prejuízo.	1	2	3	4	5
12. Fazer "graffitis" nas paredes é a expressão de um "espírito criativo".	1	2	3	4	5
13. Não faz sentido sentirmo-nos culpados por danos que também resultam das nossas ações se a nossa contribuição for apenas uma pequena parte do problema.	1	2	3	4	5
14. Fraude em transações económicas é simplesmente um truque estratégico.	1	2	3	4	5
15. É compreensível calar aqueles que insistem em ser irritantes, mesmo que se tenha que usar medidas duras.	1	2	3	4	5
16. Não faz sentido culpar indivíduos que fogem a uma regra quando toda a gente faz a mesma coisa.	1	2	3	4	5
17. O jogo a dinheiro é um passatempo como qualquer outro.	1	2	3	4	5
18. Para o avanço da ciência é legítimo usar humanos como cobaias, mesmo em experiências de alto risco.	1	2	3	4	5

19. Se as pessoas deixam os seus pertences desprotegidos, a culpa é deles se alguém os rouba.	1	2	3	4	5
20. Se alguém perde o controle durante uma discussão, essa pessoa não pode ser completamente responsável pelas consequências de suas ações.	1	2	3	4	5
21. Os cidadãos que deitam lixo nas ruas não devem ser severamente perseguidos, pois a indústria produz poluição muito pior.	1	2	3	4	5
22. Muitas vezes, usar a força é inevitável para proteger os nossos interesses.	1	2	3	4	5
23. Dada a corrupção generalizada na sociedade, não se pode condenar quem paga para obter favores.	1	2	3	4	5
24. Para manter a família unida, os familiares devem sempre ser defendidos, mesmo quando são culpados de crimes graves.	1	2	3	4	5
25. Destruir coisas antigas é uma maneira de convencer o Estado a fornecer novas instalações.	1	2	3	4	5
26. Se os carros são fabricados para andarem a alta velocidade, não se pode culpar motoristas se ultrapassarem o limite de velocidade.	1	2	3	4	5
27. Os jovens não podem ser considerados culpados se fumarem um charro, já que a maioria dos adultos usa drogas muito mais fortes.	1	2	3	4	5
28. Inimigos merecem ser humilhados e maltratados.	1	2	3	4	5
29. Lealdade envolve não denunciar as coisas erradas que os amigos fazem.	1	2	3	4	5
30. Os funcionários nunca podem ser culpados por atos ilegais, se estes resultam das decisões dos seus chefes.	1	2	3	4	5
31. Para forçar algumas pessoas a trabalhar, elas devem ser tratadas como animais de carga.	1	2	3	4	5
32. A pornografia é basicamente uma forma barata de atividade sexual.	1	2	3	4	5